

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR

JORDANA SILVA PAULINO MENDES

**SOFRIMENTO MENTAL DOCENTE: um estudo na rede pública de educação
municipal de Uberlândia-MG**

UBERLÂNDIA

2025

JORDANA SILVA PAULINO MENDES

**SOFRIMENTO MENTAL DOCENTE: um estudo na rede pública de educação
municipal de Uberlândia-MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia (PPGSAT), como requisito obrigatório para o Título de Mestre em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

Linha de Pesquisa: Saúde do Trabalhador

Orientadora: Prof.^a. Dra. Gerusa Gonçalves Moura

UBERLÂNDIA

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M538
2025 Mendes, Jordana Silva Paulino, 1994-
 SOFRIMENTO MENTAL DOCENTE: um estudo na rede pública de
 educação municipal de Uberlândia-MG [recurso eletrônico] /
 Jordana Silva Paulino Mendes. - 2025.

Orientadora: Geresa Gonçalves Moura.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

Modo de acesso: Internet.

DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.34>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia médica. I. Moura, Geresa Gonçalves ,1975-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação
em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. III. Título.

CDU: 910.1:61

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 3E, Sala 128 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: 34-3239-4591 - ppgsat@igesc.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional PPGSAT				
Data:	17/12/2025	Hora de início:	16h:15	Hora de encerramento:	18h
Matrícula do Discente:	12412GST016				
Nome do Discente:	Jordana Silva Paulino Mendes				
Título do Trabalho:	Sofrimento mental docente: um estudo na rede pública de educação municipal de Uberlândia-MG				
Área de concentração:	Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador				
Linha de pesquisa:	Saúde do Trabalhador				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se em web conferência, em conformidade com a PORTARIA Nº 36, DE 19 DE MARÇO DE 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, assim composta: Professores(as) Doutores(as):

Nome completo	Departamento/Faculdade de origem
Gerusa Gonçalves Moura (Orientadora do candidata)	ICHPO
Maria José Rodrigues	UFJ
Ailton de Souza Aragão	UFTM

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Gerusa Gonçalves Moura apresentou a Comissão Examinadora a candidata, agradeceu a presença do público e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Gerusa Gonçalves Moura, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/01/2026, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ailton de Souza Aragao, Usuário Externo**, em 12/01/2026, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria José Rodrigues, Usuário Externo**, em 15/01/2026, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6969720** e o código CRC **CE222BA0**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder a oportunidade de realizar este mestrado, por me sustentar em todos os momentos e me conceder a vitória ao final desta jornada. Sem Deus nada é possível.

Aos meus pais Ana e Pedro, pelo apoio incondicional, pelo exemplo de perseverança e por proporcionarem as condições necessárias para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha irmãzinha querida, Esther, pela ternura, alegria e amor que sempre renovam minhas forças nos momentos difíceis.

Ao meu esposo amado Lucas, pelo companheirismo, amor, paciência, sabedoria, escuta e incentivo constante ao longo de todo o percurso acadêmico. Sua presença foi essencial para que eu mantivesse a força e a motivação.

À minha orientadora, professora Geresa, pelas valiosas orientações, pela dedicação, disponibilidade e pelas contribuições que enriqueceram significativamente este trabalho.

Aos amigos queridos e muito amados Quezia e Paulo Vitor, pelas orações, pelo apoio, escuta e incentivo e pelos momentos de descontração que tornaram essa caminhada mais leve.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 – Uberlândia (MG): convite para Participação Projeto de Pesquisa Divulgado nas Escolas, 2025	17
Figura 2 – Uberlândia (MG): Localização geográfica das Escolas participantes.....	19
Figura 3 - Diagrama das condições de trabalho e processo saúde-adoecimento, 2025	29
Figura 4 - Brasil: afastamentos por transtornos mentais, 2014 a 2024.....	32
Figura 5 - Brasil: afastamentos por tipos de transtornos mentais, 2014 a 2024	33
Figura 6 – Uberlândia (MG): evolução dos docentes da educação básica municipal	37
Figura 7 – Uberlândia (MG): evolução número de matrículas na educação básica municipal	38
Figura 8 – Uberlândia(MG): perfil dos docentes participantes do estudo, 2025.....	38
Figura 9 – Uberlândia (MG): percentual de docentes da Educação Básica Municipal, por sexo, segundo o INEP, 2024	39
Figura 10 – Uberlândia (MG): percentual docentes participantes do estudo, por idade, 2025	40
Figura 11 – Uberlândia (MG): percentual docentes da Educação Básica Municipal.....	40
Figura 12 – Uberlândia (MG): escolaridade dos docentes participantes do estudos, 2025	41
Figura 13 – Uberlândia (MG): escolaridade dos docentes, segundo o Censo Escolar, 2024 ...	42
Figura 14 – Uberlândia (MG): perfil de renda dos docentes pesquisados, 2025.....	43
Figura 15 – Uberlândia (MG): carga horária semanal dos docentes pesquisados, 2025	43
Figura 16 – Uberlândia (MG): docentes entrevistados, por etapa da educação básica, 2025 ..	45
Figura 17 – Uberlândia (MG): tempo de experiência no ensino dos docentes participantes da pesquisa, 2025	45
Figura 18 – Uberlândia (MG): avaliação do ambiente de trabalho pelos docentes participantes da pesquisa, 2025.....	46
Figura 19 – Uberlândia (MG): Porcentagem de pontos obtida para os participantes e b) porcentagem de respostas por pergunta do SRQ-20, 2025.....	48
Figura 20 - Porcentagem de respostas por pergunta do SRQ-20.....	49
Figura 21 – Uberlândia (MG): porcentagem de docentes participantes da pesquisa com TMC, por setor da cidade, 2025	50

Lista de Quadros

Quadro 1 - Categorias, subcategorias e perguntas da entrevista, 2025	20
Quadro 2 - Brasil: políticas públicas aplicáveis à saúde do trabalhador docente, 2025	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Uberlândia (MG): lista de Escolas participantes da Pesquisa, 2025	18
Tabela 2 - Uberlândia (MG): dados de saúde geral dos docentes participantes da pesquisa. ..	47
Tabela 3 - Uberlândia (MG): perfil dos docentes entrevistados, 2025.....	52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI - Anos iniciais do Ensino Fundamental

AF - Anos finais do Ensino Fundamental

CEP - Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos

EI - Educação Infantil

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

PMU - Prefeitura Municipal de Uberlândia

PNE - Plano Nacional de Educação

SRQ-20 - Self-Reporting Questionnaire-20

SUS - Sistema Único de Saúde (SUS)

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

TMC - Transtornos Mentais Comuns

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

Introdução: O trabalho docente tem sido descrito como uma das ocupações mais vulneráveis ao adoecimento físico e mental, em função da intensificação das demandas e precarização das condições de trabalho. A pandemia de covid-19 tensionou ainda mais esse cenário, com ampliação da sobrecarga laboral, a pressão emocional e as exigências pedagógicas decorrentes da transição entre ensino remoto, híbrido e presencial. **Revisão da Literatura:** Estudos evidenciaram que o ambiente escolar e a organização do trabalho podem influenciar a saúde física e mental docentes, favorecendo o desenvolvimento de Transtornos Mentais Comuns (TMC). Esses processos resultam de múltiplos agentes presentes no cotidiano escolar, capazes de gerar desgaste progressivo, baixa motivação, absenteísmo e afastamento laboral. **Objetivo:** Nesse sentido, este estudo buscou ampliar a compreensão da relação trabalho-saúde no período pós-pandêmico, especificamente entre docentes da educação básica municipal de Uberlândia-MG. Entre os objetivos específicos deste estudo destacam-se a caracterização do perfil sociodemográfico e de saúde dos referidos professores e avaliação da saúde mental e as condições laborais desses profissionais. **Metodologia:** A pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, envolvendo questionários estruturados e entrevistas individuais semiestruturadas. A população foco deste estudo foi composta por 3.191 professores, sendo uma amostra de 342 participantes considerada representativa. Nesse contexto, os questionários sociodemográficos e de saúde foram analisados por estatística descritiva, enquanto as entrevistas foram examinadas por análise do discurso, a partir da leitura detalhada e da identificação de categorias temáticas. **Resultados e Discussão:** Os resultados permitiram compreender o perfil, as condições de trabalho e os impactos da pandemia à saúde mental dos docentes da rede pública de educação municipal de Uberlândia-MG. Quanto ao perfil, observou-se predominância feminina, com alta escolaridade, baixa remuneração e elevada carga horária. Os resultados indicaram presença de TMC em 66% dos participantes, demonstrando cenário de sofrimento mental, associado a sobrecarga e falta de apoio institucional. As entrevistas destacaram desvalorização profissional, condições precárias de infraestrutura e excesso de tarefas extraclasse. O ensino remoto emergencial representou um período de intensa readaptação, marcado por dificuldades tecnológicas. O retorno presencial foi acompanhado por medo, insegurança e exaustão emocional. Apesar desse quadro, os docentes ressaltaram a relação com os estudantes como elemento de motivação e permanência na carreira. **Considerações Finais:** O estudo demonstrou prevalência elevada de sofrimento mental entre docentes da rede municipal de Uberlândia-MG no período pós-pandêmico. Contudo, destaca-se a necessidade de políticas públicas que valorizem a carreira, aprimorem as condições de trabalho, promovam saúde mental e garantam espaços de escuta e participação.

Palavras-chave: Saúde mental docente; Pós-pandemia; Condições de trabalho; Educação básica.

ABSTRACT

Introduction: Teaching has been described as one of the occupations most vulnerable to physical and mental illness, due to the intensification of work demands and the deterioration of working conditions. The COVID-19 pandemic further strained this scenario, increasing workload, emotional pressure, and pedagogical demands associated with the transition between remote, hybrid, and in-person teaching. **Literature Review:** Studies have shown that the school environment and work organization can influence teachers' physical and mental health, contributing to the development of Common Mental Disorders (CMD). These processes stem from multiple factors present in daily school life, capable of generating progressive strain, low motivation, absenteeism, and work withdrawal. **Objective:** In this context, the present study sought to deepen the understanding of the work–health relationship in the post-pandemic period, specifically among basic education teachers in the municipal school system of Uberlândia, Minas Gerais. The specific objectives included characterizing the sociodemographic and health profile of these teachers, and assessing their mental health and working conditions. **Methodology:** The study adopts a quanti-qualitative approach, combining structured questionnaires and semi-structured individual interviews. The target population consists of 3,191 teachers, with a representative sample of 342 participants. Sociodemographic and health questionnaires will be analyzed using descriptive statistics, while interview data will undergo discourse analysis, involving detailed reading and identification of thematic categories. **Results and Discussion:** The findings allowed for a comprehensive understanding of the teachers' profiles, working conditions, and the pandemic's impacts on their mental health within the municipal public school system of Uberlândia. Regarding their profile, the sample showed a predominance of women, high educational attainment, low wages, and heavy workloads. Results indicated the presence of CMD in 66% of participants, revealing a scenario of psychological distress associated with work overload and insufficient institutional support. Interviews highlighted professional devaluation, precarious infrastructure, and excessive extraclass tasks. Emergency remote teaching was described as a period of intense readaptation, marked by technological difficulties. The return to in-person instruction was accompanied by fear, insecurity, and emotional exhaustion. Despite these challenges, teachers emphasized their relationships with students as a key source of motivation and a factor sustaining their commitment to the profession. **Final Considerations:** The study demonstrated a high prevalence of mental distress among teachers in the municipal school system of Uberlândia in the post-pandemic context. It underscores the need for public policies that enhance professional recognition, improve working conditions, promote mental health, and ensure spaces for listening and participation.

Keywords: Teachers' mental health; Post-pandemic; Working conditions; Basic education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE	22
CAPÍTULO 2: CONDIÇÕES LABORAIS E ADOECIMENTO DOCENTE.....	27
CAPÍTULO 3: SAÚDE MENTAL DOCENTE E PANDEMIA DE COVID-19.....	31
CAPÍTULO 4: DADOS SOBRE A SAÚDE DOS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA	37
CAPÍTULO 5: VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES SOBRE A SAÚDE DOS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA	52
5.1. Trajetória e identidade profissional	53
5.2. Reconhecimento e valorização social.....	54
5.3. Estrutura e ambiente laboral	55
5.4. Ritmo e intensidade do trabalho docente.....	58
5.5. Experiências com as modalidades de ensino no contexto de pandemia.....	59
5.6. Saúde mental e física dos professores pós-pandemia.....	61
5.7. Motivação, sentido e perspectivas na docência	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP	73
APÊNDICE A - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	75
APÊNDICE B - Questionário Estruturado: Sociodemográfico, Ocupacional e de Saúde Geral e Mental Docente.....	77
APÊNDICE C – Roteiro Semiestruturado para Entrevistas Individuais.....	78

INTRODUÇÃO

Historicamente, as dinâmicas socioeconômicas, culturais, políticas e produtivas têm desempenhado um papel fundamental nas relações de trabalho e de trabalho-saúde. Essas variáveis conduzem a alterações nas relações laborais à medida em que a sociedade progride. Além disso, a natureza, a estrutura e a organização do trabalho podem originar processos de desgastes físicos e/ou mentais aos seres humanos e levar a enfermidades que geram dores e sofrimento. Assim, no contexto histórico, o trabalho se apresenta como fonte de realização pessoal e social e forma a identidade do indivíduo, porém pode apresentar riscos à integridade física e mental do trabalhador (Cardoso *et al.*, 2019).

Marx (1975) caracterizou a essência do trabalho como a transformação da natureza pelo ser humano, a partir de ações e um plano mental definido, obtida através de suas capacidades e ferramentas. Adicionalmente, Dal Rosso (2006) observou que a intensidade do trabalho constitui uma característica presente em determinadas formas de organização laboral, variando conforme as condições, os ritmos e as exigências impostas ao trabalhador. Nesse cenário, o controle dos níveis de intensidade do trabalho, na história da sociedade capitalista, sempre esteve associado ao alcance de resultados, isto é, quanto maior a intensidade trabalhista, maior a produtividade.

Dal Rosso (2006) também conceituou o trabalho quanto à materialidade, que está associada à intensidade laboral. O autor menciona que para analisar o trabalho deve-se considerá-lo tanto do ponto de vista material, quanto imaterial. Diante disso, o pesquisador exemplifica o trabalho docente, o qual deve ser avaliado quanto à materialidade, uma vez que seu impacto pode atingir os corpos e as mentes do profissional docente.

De acordo com Freire (2011), ser docente é um ato ético-político, fundamentado no compromisso com a transformação social. Para ele, o professor é entendido como mediador crítico, que ensina e aprende em diálogo com os estudantes; não transmite conteúdo de forma “bancária”, mas problematiza a realidade, incentivando a autonomia, a curiosidade e a consciência crítica dos educandos. Assim, o docente se apresenta como intelectual comprometido, que reconhece sua prática como construção coletiva e histórica, dialoga com os saberes dos alunos e reafirma a educação como prática de liberdade.

No contexto da saúde ocupacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece a profissão docente como uma das mais suscetíveis ao estresse, visto que o ato de

ensinar tornou-se um labor exaustivo e com diversas consequências à saúde física e mental do professor. Entre as formas mais comuns de adoecimento que acomete os professores destacam-se: os desgastes osteomusculares, as doenças vocais e os transtornos mentais comuns. Além disso, fatores como ambiente e condições de trabalho, aumento de tarefas e atribuições, sobrecarga e responsabilidades excessivas podem impactar substancialmente a saúde e o desempenho do professor no trabalho (Assunção; Oliveira, 2009; Diehl; Marin, 2016; Queiroz; Marinho, 2020).

A análise das possíveis causas e implicações dos adoecimentos físico e mental dos professores, além da investigação das reais condições enfrentadas por esses profissionais representam grandes desafios para o entendimento da relação saúde-trabalho dos docentes (Cardoso *et al.*, 2019). Assim, a interação entre saúde e trabalho docente emerge como um estudo complexo, multidisciplinar e que tem sido objeto de discussão por diversas áreas científicas, tais como: ciências sociais, saúde e medicina do trabalho, fisioterapia, educação, entre outras. Ademais, os gestores institucionais, os sindicatos e as entidades governamentais também têm demonstrado interesse e preocupação por essa temática (Diehl; Marin, 2016).

A saúde dos professores tem sido alvo de preocupação, evidenciando uma maior incidência de sintomas relacionados à saúde mental em detrimento de outras doenças. Entre os termos frequentemente mencionados na literatura estão: o cansaço mental, o estresse, a ansiedade, a perda de memória, a frustração, o nervosismo, a angústia, a insônia, a depressão, elementos característicos dos transtornos mentais comuns; também sendo frequentemente citada a Síndrome de Burnout (Cardoso *et al.*, 2019; Machado, 2017; Oliveira, 2022).

Embora a saúde mental dos professores tenha sido objeto de numerosos estudos encontrados na literatura, existe uma carência significativa de pesquisas específicas quanto às implicações da pandemia de Covid-19 sobre a saúde mental docente. Isso se deve à recenticidade desse acontecimento, sendo que as possíveis consequências que ele teve e tem sobre esses profissionais devem ser mais profundamente estudadas (Oliveira; Santos, 2021).

O desafio global de saúde pública que ocorreu entre 2019 e 2021, marcado pela disseminação do vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19, teve impacto expressivo nas áreas de economia, saúde e educação, pois houve a necessidade de restrições do contato físico. Alguns estudos identificaram um aumento substancial nos problemas de saúde mental entre os professores dos diferentes níveis de ensino, seja na educação básica, seja na educação superior (Barros *et al.*, 2022; Campos *et al.*, 2022; Caetano *et al.*, 2023). Assim, a experiência da

pandemia, com suas novas circunstâncias e exigências, acrescentou-se a um contexto prévio de fragilidades na saúde dos professores (Pinho *et al.*, 2021).

Portanto, quanto à relação trabalho-saúde, é fundamental investigar a saúde mental dos professores diante das profundas e abrangentes mudanças ocorridas nos últimos anos, especialmente entre docentes da educação básica. A profissão docente foi e continua sendo influenciada por múltiplos fatores, incluindo aspectos socioeconômicos, culturais, políticos e de saúde. Assim, o presente estudo também contribuirá para ampliar a compreensão da relação trabalho-saúde no período pós-pandêmico, entendido como o intervalo que se estende desde o retorno das aulas presenciais até o presente, servindo como embasamento para a proposição de políticas públicas específicas voltadas à promoção de condições laborais mais saudáveis.

Com base nessas considerações, este trabalho parte dos seguintes questionamentos: qual o perfil demográfico, sócio-ocupacional e de saúde mental dos professores da rede pública municipal de Uberlândia? Quais os impactos da Covid-19 na saúde mental desses profissionais, considerando as formas de trabalho remota, híbrida e presencial?

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é compreender o processo de adoecimento, no contexto pós-pandemia de Covid-19, em professores da educação básica da rede municipal de ensino em Uberlândia-MG. Os objetivos específicos deste estudo são caracterizar o perfil demográfico, sócio-ocupacional e de saúde geral dos professores da rede pública municipal de Uberlândia; identificar as principais formas de adoecimento docente relacionadas ao período de pós-pandemia de Covid-19; e avaliar a saúde mental desses profissionais e suas condições laborais no contexto pós-pandêmico, considerando as particularidades da rede pública de educação municipal de Uberlândia.

A metodologia utilizada para o presente trabalho tem aspectos de pesquisa quanti-qualitativa e é dividida em duas etapas: a aplicação de questionários estruturados e a realização de entrevistas com os professores em questão. Prates (2012) afirma que o enfoque misto, ao articular dimensões quantitativas e qualitativas, é essencial para compreender os fenômenos sociais em sua totalidade dinâmica e contraditória, conforme o método dialético marxiano. A autora destaca que a separação entre esses aspectos é apenas didática, já que a realidade reúne tanto elementos mensuráveis quanto processos históricos e contraditórios, tornando sua integração fundamental para análises coerentes.

A pesquisa também está pautada nos princípios éticos que orientam a pesquisa com seres humanos e os dados coletados, em todas as etapas da pesquisa, sejam arquivos físicos sejam

digitais, serão mantidos sob a guarda e responsabilidade das pesquisadoras, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Ressalta-se ainda que o presente estudo foi avaliado e aprovado por meio do parecer consubstanciado de número 7.440.001 do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia, como mostrado no Anexo A.

A aplicação de questionários sociodemográficos e de saúde é uma ferramenta importante para a coleta de dados, permitindo obter informações relevantes sobre o grupo de profissionais em estudo. Esses instrumentos, validados ou desenvolvidos conforme a pesquisa, são eficazes para coletar grandes volumes de dados de forma rápida e objetiva, permitindo correlações entre variáveis e aumentando a produção de informações por meio de avaliações estatísticas.

Nesta pesquisa, foi adotada a técnica de entrevistas individuais com professores intencionalmente selecionados. Esse tipo de entrevista se caracteriza por conter perguntas abertas, que não estimulam respostas curtas nem se restringem a alternativas como “sim” ou “não”, favorecendo a expressão livre dos entrevistados. Além disso, essa técnica oferece flexibilidade ao pesquisador, que pode abordar um conjunto de temas previamente definidos sem a necessidade de seguir uma ordem rígida ou perguntas formuladas de maneira estrita.

A cidade de Uberlândia-MG que conta com uma população de 754.954 habitantes, possui um total de 7.544 professores na educação básica, considerando as redes de ensino federal, estadual, municipal e particular. Para o presente estudo foram considerados, como população, 3.191 docentes de escolas públicas da educação básica da rede municipal de Uberlândia-MG, distribuídos em 68 escolas de educação infantil e 55 escolas de ensino fundamental, de acordo com dados do Censo Escolar de 2024 (INEP, 2024). De acordo com o cálculo amostral, a pesquisa com 342 professores (n) é considerada representativa para a população em questão ($N = 3191$) (Richardson *et al.*, 2012).

Para selecionar os participantes para o presente estudo foram consideradas as seguintes etapas: autorização e ciência da Prefeitura Municipal de Uberlândia quanto à coleta dos dados; seleção das escolas participantes; contato com gestores das unidades escolares; divulgação e convite para os docentes foco desta pesquisa; seleção dos voluntários para responder os instrumentos de coleta de dados.

A pesquisadora apresentou pessoalmente os objetivos da pesquisa aos gestores das unidades escolares, solicitando que eles convidassem os professores para participar. A

divulgação também foi feita por meio de cartazes impressos, afixados em locais visíveis nas escolas selecionadas. O convite, mostrado na Figura 1, incluiu o título, objetivos da pesquisa, instituição e equipe responsável, ou seja, foi um chamamento para a participação voluntária e a data de início das atividades na escola.

Figura 1 – Uberlândia (MG): convite para Participação Projeto de Pesquisa Divulgado nas Escolas, 2025



Autor: Jordana S. P. Mendes, 2025.

A escolha das escolas considerou os seguintes critérios: a proporção mencionada de docentes por etapa da educação básica, a localização geográfica da escola, escolas com números maiores de docentes e a conveniência da pesquisadora quanto ao acesso e interação com os profissionais das instituições (PMU, 2025). Assim, as escolas selecionadas estão descritas e categorizadas na Tabela 1, com informações obtidas a partir dos microdados do Censo Escolar Brasileiro de 2024 (INEP, 2024). Além disso, a Figura 2 ilustra a distribuição geográfica das escolas estudadas no município de Uberlândia, por setor da cidade (central, leste, oeste, norte e sul), o que permite a visualização de sua inserção no território municipal (PMU, 2025).

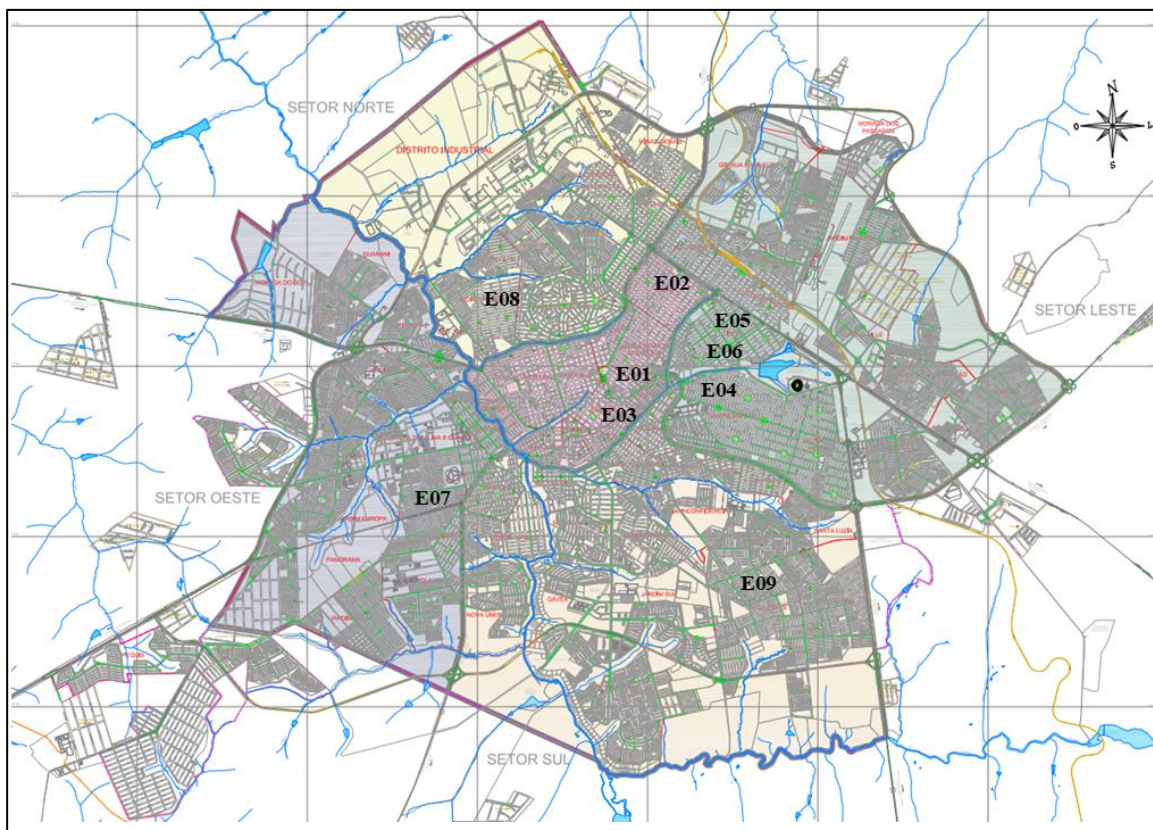
Tabela 1 - Uberlândia (MG): lista de Escolas participantes da Pesquisa, 2025

Localização Geográfica (Setor)	Escola	n° Docentes EI	n° Docentes AI	n° Docentes AF	n° Docentes EJA	n° Total de Docentes	n° Total Alunos	n° Total Turmas	Quantidade Aluno por Professor
Central	E01	9	0	0	0	9	125	8	16
	E02	0	42	0	0	42	717	24	30
	E03	17	0	0	0	17	272	13	21
Leste	E04	28	0	0	0	28	397	19	21
	E05	16	0	0	0	16	184	11	17
	E06	30	0	0	0	30	433	20	22
Oeste	E07	0	32	42	11	85	1148	40	29
Norte	E08	15	47	29	8	99	1472	52	28
Sul	E09	16	46	39	0	101	1539	58	27
n° Docentes Pesquisados por Etapa da Educação Básica		131 (31%)	167 (39%)	110 (26%)	19 (4%)	427	-	-	-

Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

Os dados da Tabela 1 indicam que as escolas apresentam variação quanto ao porte e à organização, com número de matrículas variando entre 125 e 1.539 alunos e quantitativo de professores entre 9 e 101. De modo geral, observa-se aumento do número de docentes e de turmas conforme o crescimento das matrículas, especialmente nas escolas de maior porte, como E07, E08 e E09. Entretanto, a relação aluno/professor não se mantém homogênea entre as instituições, variando de 16 a 30 alunos por docente, com valores mais elevados em escolas de médio e grande porte. Da mesma forma, a relação entre o número de alunos e o número de turmas evidencia diferenças na composição das turmas entre as escolas, o que aponta para distintas formas de organização do atendimento educacional, embora todas integrem a mesma rede pública municipal de ensino.

Figura 2 – Uberlândia (MG): Localização geográfica das Escolas participantes, 2025



Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

A coleta de dados foi dividida em duas etapas: aplicação do questionário estruturado e realização de entrevista individual. A aplicação do questionário estruturado foi de forma presencial, nas escolas previamente selecionadas, após a validação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes, mostrado no Apêndice A, com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico e de saúde dos participantes.

A saúde mental em específico do docente foi avaliada por meio do instrumento *Self-Reporting Questionnaire-20* (SRQ), um questionário validado e composto por 20 questões (respostas: sim ou não), cujo objetivo foi mensurar o nível de Transtornos Mentais Comuns (TMC). A pontuação do questionário varia de 0 a 20, sendo que para cada resposta “sim” é atribuído 1 ponto e a pontuação igual ou maior que 8 indica presença TMC (Silva *et al.*, 2023). Assim, o questionário estruturado foi baseado nas metodologias propostas por Machado (2017); Rodrigues (2023) e Silva *et al.* (2023) e está disposto no Apêndice B.

Após a aplicação e avaliação dos questionários foram selecionados 10 professores para a realização de entrevistas individuais com gravação de áudio, de forma presencial, agendadas conforme a disponibilidade dos voluntários. Foram convidados para as entrevistas, os professores com maiores indícios de adoecimento mental, de acordo com os resultados dos questionários. Por fim, o roteiro semiestruturado (Apêndice C) para a realização das entrevistas individuais foi baseado nos trabalhos de Lourenço *et al.* (2024); Santos (2023); Souza e Rodrigues (2021) e Vieira (2022).

O material transcrito das entrevistas foi submetido à análise do discurso, conforme a proposta de Carl e Bortoluzzi (1999). Esse método pressupõe a leitura minuciosa do conteúdo e a subsequente decomposição do discurso em frases temáticas. A partir desse processo foram definidas categorias empíricas que representam as percepções dos dez docentes participantes do estudo. A organização dessas categorias encontra-se detalhada no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias, subcategorias e perguntas da entrevista, 2025

Categoria	Subcategoria	Pergunta Associada
1. Trajetória e Identidade Profissional	1.1. Expectativas com a profissão e desafios em relação à realidade profissional	Como foi sua trajetória profissional tendo em vista suas expectativas e a realidade? Quais foram os maiores desafios enfrentados ao longo de sua carreira?
2. Reconhecimento e valorização social	2.1. Falta de reconhecimento profissional, baixa remuneração e desvalorização social	Qual a sua percepção quanto ao reconhecimento e à valorização da profissão docente?
3. Estrutura e ambiente laboral	3.1. Condições físicas e estruturais	Como você avalia seu ambiente e condições de trabalho e as relações profissionais?
	3.2. Relação com estudantes e familiares	
	3.3. Falta de apoio institucional	
	3.4. Falta de estrutura para lidar com estudantes da educação especial	
4. Ritmo e intensidade do trabalho docente	4.1. Demandas extraclasses e sobrecarga de trabalho	Como você caracteriza sua rotina e carga horária de trabalho?
5. Experiências com as modalidades de ensino no contexto de pandemia	5.1 Ensino remoto e desafios tecnológicos	No contexto de pandemia, como foram suas experiências quanto às modalidades de ensino remota, híbrida e presencial?
	5.2. Retorno ao ensino presencial	
6. Saúde mental e física dos professores	6.1 Cenário pós-pandemia: esgotamento emocional	Como você descreveria sua saúde em geral e sua saúde mental, antes e depois da pandemia de covid-19?
	6.2. Autocuidado	
7. Motivação, sentido e perspectivas na docência	7.1. Fontes de prazer e resistência	Diante de tudo o que foi discutido, o que te dá prazer e te motiva na profissão docente?

Fonte: Jordana S. P. Mendes, 2025.

Diante disso, a presente dissertação será estruturada em cinco capítulos. O primeiro apresenta os fundamentos teóricos que permitem compreender a docência como uma atividade complexa e influenciada por determinantes sociais. O segundo discute fatores do trabalho que contribuem para o desgaste e o adoecimento dos professores. O terceiro capítulo aborda os impactos da pandemia sobre a saúde mental docente e as transformações impostas ao trabalho pedagógico. O quarto traz o panorama sociodemográfico, laboral e de saúde geral e mental dos docentes com base nos questionários estruturados. Por fim, o quinto capítulo analisa, a partir das entrevistas individuais, os sentidos atribuídos às experiências e condições de trabalho, relacionados às dimensões subjetivas da saúde docente.

CAPÍTULO 1

SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE

A saúde do trabalhador docente é considerada um campo de investigação fundamental diante das múltiplas demandas que atravessam o exercício da profissão. Marcada por diversidade, complexidade e constante transformação, a docência impõe desafios que podem repercutir no bem-estar físico, mental e emocional dos professores. Nesse cenário, compreender os impactos das atividades pedagógicas sobre a saúde, o desempenho e a qualidade de vida desses profissionais torna-se essencial.

No contexto da saúde do trabalhador Cunha *et al.* (2024, p. 4) conceitua que:

A saúde do trabalhador faz parte de um campo interdisciplinar ligado a movimentos sociais que originou por meio de críticas às limitações dos modelos sociais e políticos vigentes em sua época. Essa área de estudo faz parte da saúde coletiva, e apresenta-se como locus de discussão interdisciplinar e pluri-institucional, que constitui o trabalho como um dos principais determinantes sociais da saúde.

O trabalhador docente é um profissional essencial no processo de formação humana, cultural, social e científica. Esse profissional atua como mediador do conhecimento entre conceitos sistematizados e os sujeitos em processo de aprendizagem. Sua atividade vai além da mera transmissão de conteúdos, pois envolve planejamento pedagógico, avaliação contínua, gestão da sala de aula, interação com a comunidade escolar e constante atualização profissional.

Sobre essa categoria profissional Freitas *et al.* (2024, p. 3) define que:

Os sujeitos/trabalhadores da docência constituem uma categoria de trabalho que abrange complexas dimensões, experiências e identidades em suas vivências, perpassando toda a dinâmica dos processos e a rotina de trabalho pelo ambiente escolar, possuindo repercussões no contexto da comunidade escolar e na vida dos professores.

No contexto contemporâneo, esse profissional desempenha um papel estratégico na constituição de uma sociedade crítica, democrática e equitativa, sendo responsável por formar cidadãos aptos a intervir na realidade. Contudo, o reconhecimento social e institucional do trabalhador docente muitas vezes é desproporcional à complexidade e à responsabilidade de seu trabalho (Silva, 2017).

Historicamente, a saúde do trabalhador docente da educação básica no Brasil enfrenta uma situação crítica, marcada por elevados índices de adoecimento físico e mental, comumente

relacionados às condições precárias de trabalho. Fatores como jornadas excessivas, múltiplos vínculos empregatícios, baixos salários, infraestrutura deficiente, indisciplina escolar, desvalorização profissional e escasso apoio institucional contribuem significativamente para o desgaste físico e emocional desses profissionais.

Além disso, Antonini (2018) destaca que o ambiente escolar pode contribuir significativamente para o adoecimento mental dos professores em razão de fatores como a sobrecarga de trabalho, as cobranças institucionais, os conflitos interpessoais e a falta de reconhecimento profissional.

O adoecimento dos docentes da educação básica brasileira é um fenômeno complexo, com manifestações que incluem os transtornos mentais comuns, os distúrbios vocais e as doenças osteomusculares. Esse quadro é alimentado por múltiplos fatores interligados, sendo que a intensificação do trabalho, associada à pressão por resultados e à ausência de autonomia pedagógica, contribui para o desgaste físico e emocional dos professores, o que resulta em altos índices de absenteísmo, presenteísmo e abandono da carreira, conforme relatado por Silva (2017) e Paparelli (2009).

Em sua tese, Silva (2017) investigou as condições de trabalho dos professores da rede pública de São Paulo, evidenciando que a precariedade da infraestrutura, a sobrecarga de tarefas, o presenteísmo e o absenteísmo estão diretamente relacionados ao adoecimento físico e mental dos docentes, agravado por fatores como levar trabalho para casa, baixa remuneração e ausência de apoio institucional.

Com base na Psicologia Social e do Trabalho, Paparelli (2009) analisou o impacto das políticas neoliberais, como a regularização do fluxo escolar, identificando nelas a intensificação da desvalorização docente, a perda de autonomia e a sensação de um trabalho sem sentido, o que contribui significativamente para o desgaste mental dos professores.

A literatura científica confirma, com base em dados teóricos e empíricos, que o adoecimento dos professores é um reflexo das fragilidades estruturais do sistema educacional brasileiro (Cunha *et al.*, 2024; Diehl; Marin, 2016, Freitas *et al.*, 2024; Ramos *et al.*, 2020). Apesar da existência de leis trabalhistas e iniciativas isoladas, ainda há uma notável ausência de políticas públicas contínuas e eficazes voltadas à promoção da saúde docente. Nesse contexto, o Quadro 2 mostra algumas políticas públicas brasileiras voltadas à promoção da saúde que são aplicáveis ao profissional docente.

Nesse contexto, a Lei 8.080 de 1990, que regulamenta as ações e serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), é essencial para a promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação da saúde dos trabalhadores. Ela permite diversas iniciativas voltadas à saúde dos empregados, abrangendo tanto o atendimento de quem já adoeceu, quanto ações de promoção de saúde no ambiente laboral, onde o trabalhador se insere e interage (Brasil, 1990a).

Quadro 2 - Brasil: políticas públicas aplicáveis à saúde do trabalhador docente, 2025

Legislação/ Norma	Conteúdo Principal	Aplicabilidade ao Trabalho Docente	Especificidade para Professores
CF/1988 – Art. 6º e 7º, XXII (Brasil, 1988)	Reconhece saúde como direito e assegura redução de riscos no trabalho.	Base constitucional para todas as profissões, incluindo docentes.	Genérica
Lei nº 8.080/1990 – (Brasil, 1990a)	Define a saúde do trabalhador como responsabilidade do SUS.	Permite atuação da rede pública em saúde ocupacional docente.	Genérica
PNSTT – Portaria nº 1.823/2012 (Brasil, 2012)	Estabelece diretrizes da Política Nacional de Saúde do Trabalhador.	Pode ser aplicada a professores nas redes públicas de saúde.	Genérica
Lei nº 14.681/2023 (Brasil, 2023)	Cria a Política de Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação.	Exige ações de promoção da saúde nas redes de ensino.	Específica para profissionais da educação
NR-17 – Ergonomia (Brasil, 1990b)	Regula condições ergonômicas do trabalho (mobiliário, pausas, esforço físico etc.).	Aplicável a atividades docentes presenciais e virtuais.	Genérica, mas útil
NR-1 – Disposições Gerais (Brasil, 2020)	Gerenciamento de riscos ocupacionais e Programa de Gerenciamento de Riscos, incluindo fatores psicossociais que impactam a saúde mental.	Instituições devem mapear riscos psicossociais e físicos.	Genérica
Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014)	Prevê valorização dos profissionais da educação.	Fundamenta políticas de bem-estar e saúde docente.	Indireta, mas com foco em professores

Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

De acordo com Garbin *et al.* (2021), a promoção da saúde no ambiente de trabalho deve levar em consideração os aspectos socioecológicos do processo saúde-doença, considerando não apenas fatores biológicos, mas também sociais, econômicos, culturais, políticos, ambientais e subjetivos. Assim, no contexto da Lei 8.080 de 1990, ações e serviços voltados à saúde dos trabalhadores devem contemplar tanto a promoção da saúde individual quanto coletiva, além de reconhecer o papel ativo dos trabalhadores na transformação social (Brasil, 1990a; Garbin *et al.*, 2021). Nesse sentido, desde a criação do SUS, as práticas que visam fortalecer os

trabalhadores e combater a visão fatalista do sofrimento mental relacionado ao trabalho são consideradas fundamentais para a saúde do trabalhador (Souza e Bernardo, 2019).

Quanto à saúde do trabalhador, Costa e Ceccim (2022) ressaltaram em sua obra que a ofensiva neoliberal global visa um Estado mínimo e um mercado máximo, a qual ameaça direitos trabalhistas e aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores em relação à proteção à saúde. Os autores argumentaram que a atuação do setor sanitário deve ir além de ações assistenciais e previdenciárias, pois as vigilâncias epidemiológica e sanitária também devem promover e proteger a saúde dos trabalhadores. Considerando a saúde do trabalhador docente, os autores analisaram o trabalho do ponto de vista imaterial e as dimensões da subjetividade dos indivíduos. Apontaram também ferramentas práticas, como narrativas da docência baseadas nas escritas de si e nas histórias de vida, como estratégias para promoção à saúde no ambiente de trabalho.

As reformas educacionais impulsionadas por princípios neoliberais alteraram o sistema de ensino brasileiro, subordinando-o aos interesses de organismos internacionais e grandes grupos econômicos. Sob o argumento de melhorar a qualidade da educação sem aumentar os investimentos públicos, intensificaram-se os processos de privatização, contenção de gastos sociais e ampliação do controle sobre a atuação dos professores. Essas transformações resultaram em um novo perfil docente, marcado por exigências crescentes, jornadas de trabalho mais extensas e falta de valorização profissional.

Nesse contexto, a escola passou a funcionar segundo a lógica empresarial ao priorizar metas de produtividade e adequação ao mercado de trabalho em detrimento de uma formação crítica, emancipadora e democrática (Kaloczi, 2021). Diante disso, os instrumentos educacionais tornam-se ferramentas do Estado neoliberal para formar sujeitos moldados pelas exigências do mercado. Nesse cenário é perceptível que:

Na educação pública, no ensino básico no Brasil, ocorre um processo de precarização do trabalho docente com fortes repercussões nas vivências, nas condições de trabalho e no processo de adoecimento dos professores da educação básica. Essa nova realidade caótica da educação brasileira foi fortemente influenciada pelos ideais neoliberais, como uma política de enxugamento do estado, com impactos diretos na escola pública brasileira e na profissão docente (Cunha *et al.*, 2024, p. 3).

Santos *et al.* (2024) destacam que promover a saúde mental no ambiente de trabalho envolve fortalecer valores como solidariedade, cooperação e apoio mútuo. Essas ações coletivas ajudam a ressignificar os desafios que levam ao sofrimento psíquico, incentivando o crescimento individual e coletivo. As interações sociais passam a configurar uma nova forma

de convivência, impulsionando estratégias inovadoras na formação docente e na produção científica, mesmo que inseridas em um contexto de precarização do trabalho docente. Sobre essa precarização Costa e Ceccim (2022, p. 4) mencionam:

Se a precarização do trabalho docente nos faz pensar na sobrecarga de exposições ao adoecimento e ao sofrimento psíquico, entendemos ser necessário acessar essas exposições para revelar a exploração não apenas do corpo que, então, padece, mas da subjetividade que então agoniza entre sucumbir e resistir.

Diante da persistente precarização das condições de trabalho docente, é fundamental que a promoção da saúde dos professores ultrapasse discursos retóricos e se concretize em políticas públicas eficazes, que assegurem o bem-estar, a dignidade e a autonomia desses profissionais no ambiente escolar. No entanto, a ausência de ações efetivas e estruturadas contribui para a manutenção de um cenário adverso, marcado por sobrecarga, desvalorização profissional e negligência institucional. Essa conjuntura compromete gravemente a saúde biopsicossocial dos docentes e naturaliza o sofrimento como parte inerente à profissão, perpetuando um ciclo de adoecimento sistemático (Costa e Ceccim, 2022; Cunha *et al.*, 2024; Ramos *et al.*, 2020).

Assim, cuidar da saúde do profissional docente vai além de prevenir doenças: implica reconhecer seus saberes, valorizar sua autonomia e promover relações mais justas no ambiente escolar. Isso requer condições adequadas de trabalho, como jornada equilibrada, remuneração digna, apoio institucional e segurança. Também é importante garantir espaços de escuta e diálogo, nos quais o professor possa se expressar, refletir e participar das decisões que afetam sua prática. Promover saúde, nesse contexto, compreende o docente como sujeito ativo, com direitos e voz, o que depende de políticas eficazes e de relações humanas fortalecidas no cotidiano escolar.

CAPÍTULO 2

CONDIÇÕES LABORAIS E ADOECIMENTO DOCENTE

A intensificação do trabalho dos professores nas escolas públicas brasileiras afeta tanto a saúde (física e mental) desses profissionais quanto a qualidade da educação. Assunção e Oliveira (2009) argumentaram que, além disso, os fatores ambientais e organizacionais também podem explicar a morbidade docente e suas repercussões na atividade laboral. Quanto ao adoecimento docente e suas condições de trabalho, Freitas *et al.* (2024, p. 8) reforça que:

Os fatores que podem levar ao mal-estar docente podem ser divididos em dois grupos: entre os primeiros estão escassez de recursos para aquisição de material didático, falta de conservação dos prédios e móveis escolares, violência, salários baixos, ameaças de perda de emprego, esgotamento, carga excessiva de trabalho e a acumulação de exigências. Em seguida, estão os relacionados com a ação docente, ligados às modificações do papel do professor e dos agentes tradicionais de socialização.

A saúde física e mental dos docentes está relacionada à qualidade do ambiente de trabalho, sendo negativamente afetada por fatores como sobrecarga de tarefas, infraestrutura inadequada, ausência de autonomia, metas incompatíveis com a realidade escolar, relações interpessoais conflituosas e falta de apoio institucional. Tais condições favorecem o surgimento de Transtornos Mentais Comuns, como estresse, ansiedade, depressão e síndrome de Burnout, comprometendo o bem-estar, a motivação e o desempenho profissional.

O adoecimento docente é compreendido como um processo complexo, resultante de múltiplos fatores interligados à organização do trabalho, que geram desgaste físico e emocional e podem levar à perda temporária ou permanente da saúde. Os agentes estressores do ambiente escolar, sejam físicos, cognitivos ou emocionais, atuam como desencadeadores dessas reações (Reis, 2014).

Nesse cenário, a pesquisa realizada por Queiroz e Marinho (2020) teve como objetivo analisar os fatores que contribuem para o surgimento de doenças entre professores da educação básica, do Ensino Fundamental, na rede municipal de Manaus. Com uma abordagem qualitativa, o estudo foi realizado em 32 escolas distribuídas por sete zonas distritais, envolvendo professores de 40h, com idades entre 25 e 60 anos, que atuavam do 1º ao 5º ano. A pesquisa identificou, por meio de questionários, que as condições de trabalho e o adoecimento dos docentes são questões centrais. As patologias mais citadas foram psicossomáticas, seguidas de doenças osteomusculares e problemas nas cordas vocais, revelando o impacto das situações de vulnerabilidade no ambiente de trabalho.

Souza e Rodrigues (2021) investigaram como o ambiente escolar se tornou um espaço de adoecimento para os docentes, por meio do aprofundamento nas causas do mal-estar psicológico entre os professores. Para isso, eles realizaram entrevistas com profissionais de uma escola estadual em Jataí-GO, buscando compreender suas preocupações e anseios.

Os pesquisadores analisaram a desvalorização profissional docente dos pontos de vista econômico, social, político e cultural. Eles deram destaque à insatisfação dos professores entrevistados com o sistema educacional, à falta de suporte pedagógico e autonomia, os quais resultam em alienação e desmotivação no ambiente de trabalho. Além disso, a pressão pela excelência do ensino, em um contexto competitivo, cria um ambiente de disputa, intriga e vaidade, fragilizando vínculos e gerando frustrações.

O magistério, historicamente marcado por baixos salários e exigência de alta dedicação, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, envolve uma prática pautada no cuidado. Diante disso, Lourenço *et al.* (2024) realizaram um estudo com o objetivo de analisar a saúde mental de professoras do Ensino Fundamental em escolas públicas da região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-exploratória, realizada em quatro escolas municipais de Niterói.

As entrevistas semiestruturadas realizadas pelos autores revelaram mais uma vez que fatores como sobrecarga de trabalho, exigências emocionais e acúmulo de funções profissionais e domésticas afetam diretamente a saúde mental dos docentes. Os autores citaram que as relações de gênero, a organização do trabalho e as condições do ambiente escolar são elementos que geram sofrimento psíquico, favorecendo o mal-estar, o absenteísmo e os afastamentos por adoecimento mental.

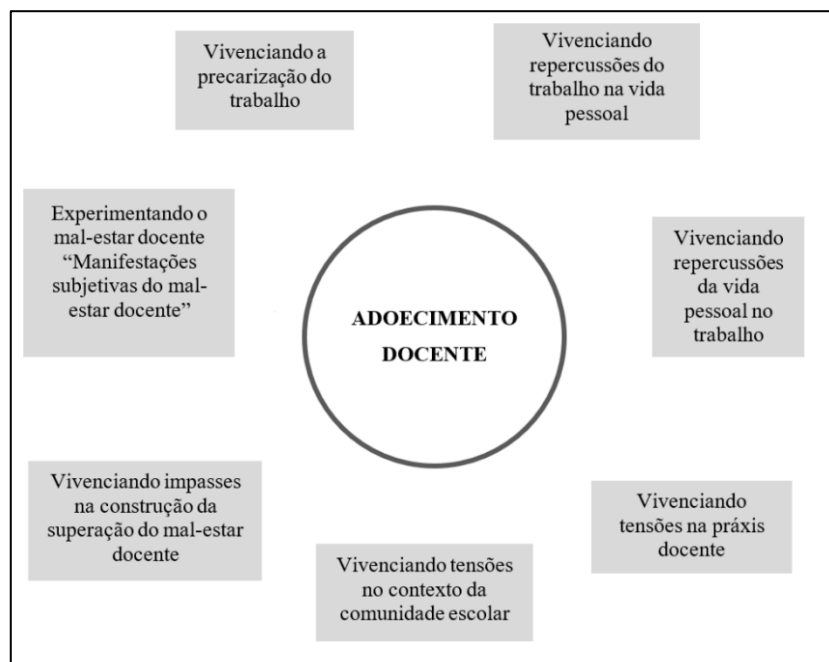
A relevância de se estudar a precarização do trabalho docente associada ao adoecimento dessa classe trabalhadora, está ligada à grande representatividade numérica desses profissionais e às condições enfrentadas no sistema público de ensino, marcadas por insegurança, instabilidade e deterioração contínua do ambiente laboral. Essa realidade se agrava com o passar dos anos, pois o adoecimento dos professores tende a ser um processo cumulativo, em razão do histórico de desvalorização e desmonte das políticas públicas educacionais, especialmente em países periféricos, onde a escola pública sofre constante sucateamento por parte do Estado e da sociedade (Lima, 2024).

Cunha *et al.* (2024) realizaram um estudo que teve como objetivo compreender os fatores que contribuem para o adoecimento de professores da rede pública de Montes Claros-

MG, a partir de suas vivências e condições de trabalho, por meio de uma abordagem qualitativa fundamentada na Teoria de Dados e no Interacionismo Simbólico. A pesquisa utilizou entrevistas narrativas em profundidade com docentes, cujos relatos revelaram uma realidade também marcada pela precarização das condições de trabalho, enfrentamento de conflitos cotidianos com alunos e famílias, indisciplina, violência e carência de suporte institucional.

A Figura 3 ilustra o diagrama de construção da teoria gerado a partir das entrevistas realizadas pelos autores. Contudo, os professores relataram desmotivação, frustração e sentimento de desvalorização profissional, resultando em um quadro generalizado de mal-estar docente, com impactos significativos em sua saúde física, mental e social.

Figura 3 - Diagrama das condições de trabalho e processo saúde-adoecimento, 2025



Fonte: adaptação de Cunha *et al.*, 2024.

A análise estrutural do ambiente escolar é crucial para entender a relação saúde-trabalho dos professores. A estrutura curricular determina muitas obrigações aos docentes, que frequentemente trabalham sozinhos e com turmas grandes, prejudicando o aprendizado e a saúde dos profissionais. As escolas, geralmente, apresentam corpo docente insuficiente e infraestrutura inadequada para atender às necessidades físicas e mentais dos professores. Parcerias entre escolas e serviços de saúde pública são raras, e não há políticas públicas nacionais voltadas à saúde mental dos professores. Portanto, a integração entre educação e saúde é uma abordagem necessária para melhorar a qualidade do ambiente educacional e garantir o bem-estar docente (Ramos *et al.* 2020).

De acordo com o estudo de Melo (2017), realizado com professores da rede pública de Pernambuco, o assédio moral é uma violência invisível que se perpetua em um contexto de precarização das relações de trabalho e ausência de mecanismos institucionais eficazes de enfrentamento. A autora também destaca a necessidade urgente de políticas públicas que reconheçam e combatam o problema, bem como de estratégias formativas que preparem os professores para identificar e reagir a essas situações.

Sendo assim, as condições de trabalho enfrentadas pelos docentes têm um papel determinante na construção de um sentimento de desesperança, o que afeta diretamente tanto o desempenho profissional quanto a vida pessoal desses trabalhadores. Nesse cenário, os diversos fatores anteriormente mencionados se articulam e contribuem de forma significativa para o adoecimento dos professores da educação básica brasileira (Cunha *et al.*, 2024; Lourenço *et al.*, 2024; Melo, 2017).

A situação dos docentes da educação básica no Brasil é marcada por condições estruturais precárias, como excesso de trabalho, turmas superlotadas, infraestrutura inadequada e falta de apoio institucional, o que afeta sua saúde mental. A ausência de políticas públicas voltadas ao bem-estar docente e a falta de integração entre os setores da educação e da saúde agravam esse cenário. Além disso, o assédio moral, comum no ambiente escolar, contribui para o adoecimento dos professores, sendo invisibilizado e perpetuado por relações de trabalho precarizadas.

Diante do exposto, evidenciou-se que o adoecimento docente na educação básica pública constitui um fenômeno multifatorial, relacionado às condições objetivas e subjetivas de trabalho, à organização do processo laboral e às transformações históricas e institucionais que marcam o sistema educacional brasileiro. A literatura analisada converge ao apontar que a intensificação do trabalho, a precarização das condições materiais, a desvalorização profissional, as exigências emocionais e a ausência de políticas efetivas de cuidado à saúde do professor produzem impactos consideráveis sobre a saúde desses trabalhadores. Assim, compreender o processo saúde-adoecimento docente exige uma abordagem integrada, que considere os determinantes estruturais, organizacionais e psicossociais do trabalho escolar. Nesse sentido, o presente capítulo fundamentou a necessidade da investigação empírica, ao situar o adoecimento docente como expressão das contradições presentes no trabalho educacional contemporâneo, especialmente no contexto da rede pública de ensino.

CAPÍTULO 3

SAÚDE MENTAL DOCENTE E PANDEMIA DE COVID-19

O crescente interesse pelo estudo da relação entre saúde mental e trabalho decorre do aumento considerável da prevalência de transtornos mentais e distúrbios do comportamento entre trabalhadores em diversos países. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde define que a “saúde” não se resume à ausência de doenças, mas consiste em um estado de relativo bem-estar físico, mental e social. Especificamente, a saúde mental refere-se à condição em que o indivíduo é capaz de desenvolver suas potencialidades e lidar com os estresses cotidianos, atuar de forma produtiva e contribuir com a comunidade em que está inserido.

Essas definições evidenciam que a vivência de bem-estar no contexto laboral está profundamente relacionada à subjetividade e à alteridade, sendo igualmente relevante para a compreensão dos estados opostos - como o sofrimento psíquico e o adoecimento - que emergem das experiências negativas no trabalho (Alves, 2017).

Nesse sentido, a obra de Costa (2023) destaca o reconhecimento no trabalho como um elemento fundamental para a preservação da saúde mental dos trabalhadores, pois influencia diretamente a maneira como o indivíduo se percebe em relação ao valor de sua atividade. Esse reconhecimento se manifesta de duas formas distintas: o técnico e econômico, geralmente conferido por superiores, está relacionado à utilidade prática e à eficiência do trabalho executado; já o simbólico ou estético, proveniente dos colegas de profissão, refere-se à valorização da criatividade, do estilo pessoal e da singularidade com que se realiza determinada tarefa. Ambos os tipos de reconhecimento são essenciais para que o trabalhador se sinta pertencente e validado no ambiente laboral, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade profissional.

Quanto aos afastamentos médicos para tratamentos de transtornos mentais do trabalhador docente, Costa e Ceccim (2022, p. 4) apontam que:

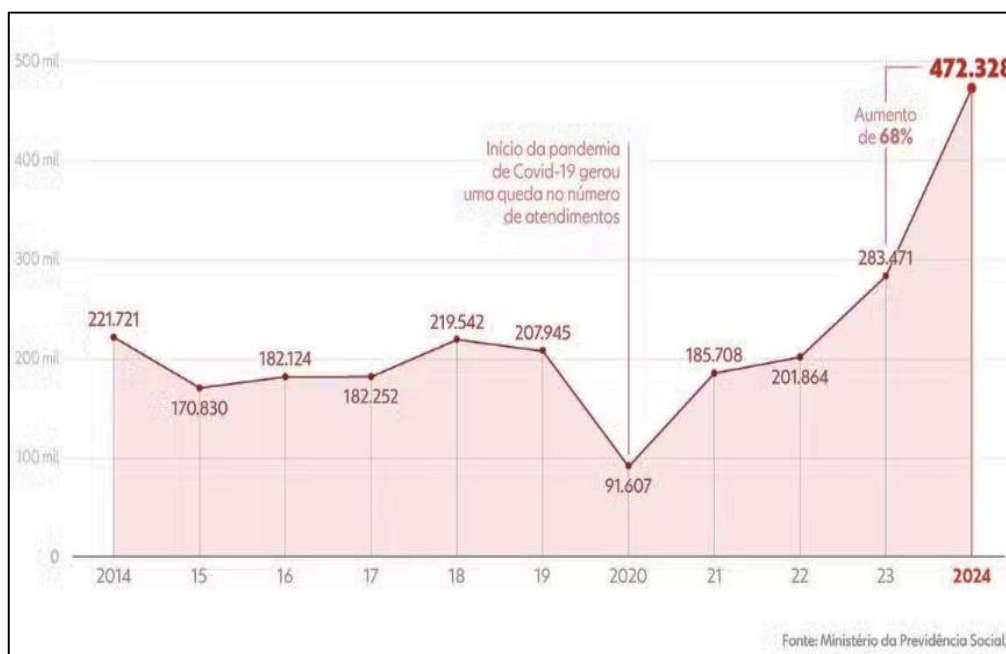
Entre os trabalhadores docentes em educação básica, as forças ativas da subjetivação estão implicadas, sobremaneira, na afirmação do saudável e nos processos de determinação do adoecimento. Trata-se de um grupo com intensa história de afastamento do trabalho por motivo de saúde mental.

Uma pesquisa realizada no município de Porto Alegre (RS) sobre a degradação da saúde mental dos servidores públicos municipais identificou o registro de 27.512 licenças médicas

classificadas sob o CID F, que abrange transtornos mentais e comportamentais. Esse número corresponde a 17,8% do total de afastamentos por motivos de saúde, configurando-se como a segunda principal causa de licença. A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre concentrou 40,7% desses casos, o que evidencia que os profissionais da educação - em especial os docentes - estão entre os mais vulneráveis aos impactos da saúde mental no contexto laboral (Aliante; Mendes; Abacar, 2021).

No contexto dos afastamentos médicos para tratamento de questões relacionadas à saúde mental, a Figura 4 indica que, em 2024, cerca de 500 mil trabalhadores se afastaram de suas atividades profissionais. Esse número é o maior índice entre os registros de 2014 a 2024, representando um aumento de quase 70% em comparação a 2023 e equivale a 14% do total de solicitações de afastamento (Casimiro; Moura, 2025).

Figura 4 - Brasil: afastamentos por transtornos mentais, 2014 a 2024

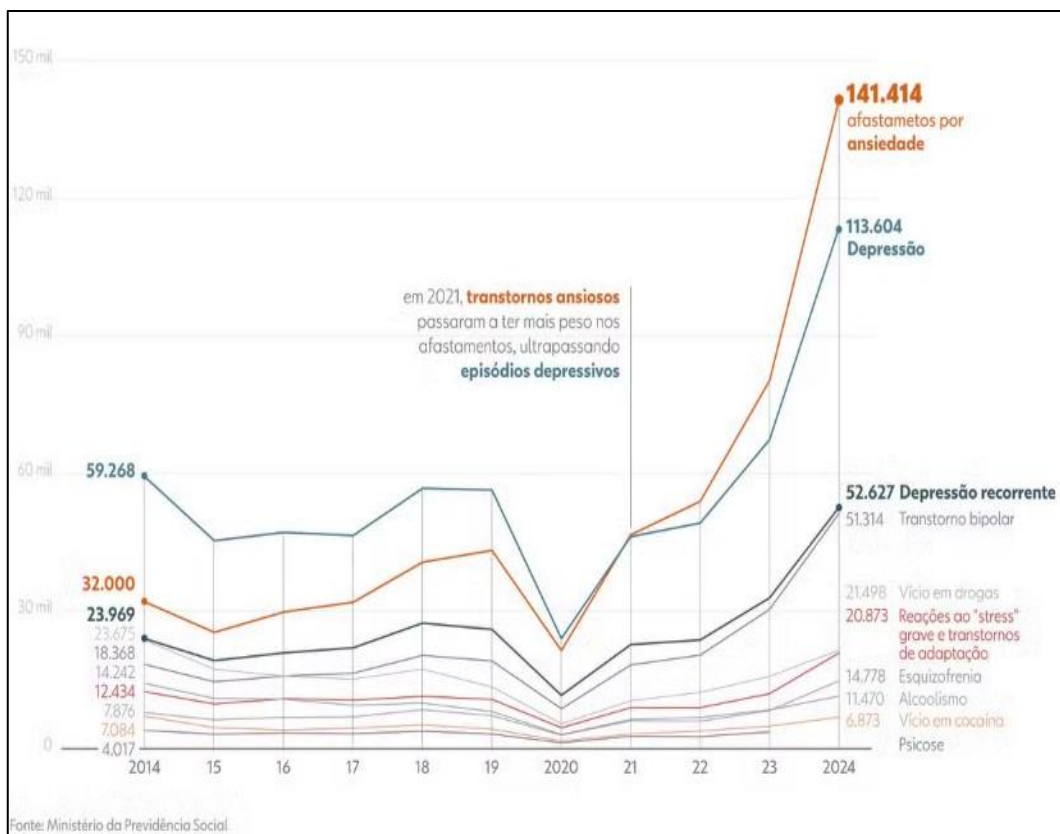


Fonte: Casimiro; Moura, 2025.

A Figura 5 mostra que entre 2020 e 2024 houve um aumento exponencial nos casos de afastamentos provocados por transtornos mentais, o que sugere uma possível conexão com os efeitos da pandemia de Covid-19. Dentre os principais motivos apontados estão os transtornos depressivos e de ansiedade, sendo que em 2021, esses afastamentos ultrapassaram aqueles. Assim, o Brasil atravessa um momento crítico no que diz respeito à saúde mental, trazendo graves consequências ao trabalhador e à trabalhadora e para as empresas (Casimiro; Moura, 2025).

Durante a pandemia de Covid-19, o Brasil vivenciou um contexto político marcado por instabilidade institucional e conflitos entre o governo federal e autoridades sanitárias, o que impactou políticas públicas de saúde e educação. Naquele período, houve divergências públicas em relação às medidas de enfrentamento da pandemia, como o distanciamento social e a vacinação, resultando em sucessivas trocas no comando do Ministério da Saúde e na fragilização da coordenação nacional da resposta sanitária. Esse cenário contribuiu para dificuldades na organização do sistema de saúde e para a disseminação de discursos negacionistas (Ciocari; Marques; Ezequiel, 2022).

Figura 5 - Brasil: afastamentos por tipos de transtornos mentais, 2014 a 2024



Fonte: Casimiro; Moura, 2025.

No que diz respeito ao comprometimento da saúde mental dos professores devido às condições laborais inadequadas, Pinho *et al.* (2021) notaram que a deterioração dessas condições é um fenômeno de longa data, mas que se intensificou durante a pandemia de covid-19. Mesmo antes desse período, análises de informações e diversos estudos já apontavam um aumento nos problemas de saúde entre os educadores. Assim, o setor educacional tem enfrentado consequências significativas devido às mudanças no ambiente de trabalho. Quanto à pandemia de covid-19, Santos, Caldas e Silva (2024, p. 2) relataram que:

No Brasil, durante a pandemia da covid-19, o Ministério da Educação (MEC) autorizou, por meio da Portaria nº. 343, em 17 de março de 2020, a substituição das aulas presenciais pela modalidade virtual, trazendo uma mudança abrupta na rotina profissional dos docentes e no exercício profissional. Um conjunto de fatores estressores foram adicionados à rotina laboral dos professores: uso de novas tecnologias por parte dos docentes, sem o devido treinamento, isolamento decorrente do afastamento físico do aluno e aumento da sobrecarga. Assim, a depressão, a ansiedade e a síndrome de burnout se tornaram frequentes durante a pandemia nesses profissionais, tanto no exterior como no Brasil diante do novo cenário educativo digital, apontando para a necessidade de propostas focadas em saúde mental, durante e pós-período pandêmico.

O panorama complexo da profissão docente foi intensificado pela pandemia de covid-19, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). As medidas de distanciamento social e a adoção do ensino remoto expuseram a precarização do sistema educacional brasileiro, agravando tensões pré-existentes e acentuando o sofrimento psíquico e o adoecimento entre os docentes. Além da sobrecarga de trabalho, houve impactos negativos na qualidade do ensino e nas condições laborais. As dificuldades enfrentadas foram além do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), envolvendo também a falta de infraestrutura e de suporte institucional, o que comprometeu o equilíbrio emocional dos professores diante das mudanças abruptas impostas pela crise sanitária (Scudeler, 2024).

Os pesquisadores Barros *et al.* (2022) conduziram uma análise a respeito da influência do ensino remoto na saúde mental dos professores da educação básica (redes públicas de ensino), em meio à pandemia de Covid-19. O estudo adotou uma abordagem qualitativa e foi embasado na pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados dos autores ressaltaram a importância do investimento em capacitação profissional dos docentes, para a adaptação e aperfeiçoamento às contínuas mudanças da profissão. Adicionalmente, a pesquisa apontou que as condições inadequadas de trabalho, acentuadas pela pandemia, exerceram um papel crucial no adoecimento mental dos professores, com destaque para a Síndrome de Burnout e para o Transtorno de Estresse Pós-Traumático.

O estudo produzido por Diniz *et al.* (2022) foi caracterizado por uma pesquisa descritiva e exploratória com sete professores do Ensino Fundamental I, em duas escolas públicas do interior do Ceará. Os resultados apontaram dificuldades como o desconhecimento das ferramentas digitais, acesso precário à internet e pouco tempo para adaptação ao ensino remoto emergencial. Os relatos dos docentes pesquisados destacaram sintomas de esgotamento emocional, medo, ansiedade e frustração, agravados pela ausência de ações institucionais

voltadas para o cuidado psicológico. Diante disso, ficou evidente a necessidade de maior atenção à saúde mental dos educadores, especialmente em períodos de crise.

A pesquisa descritivo-exploratória de abordagem qualitativa, realizada por Vieira (2022), foi estabelecida por meio de entrevistas individuais semiestruturadas por videoconferência. O objetivo da autora foi compreender as percepções de professores da educação básica na Espanha e no Brasil sobre os impactos da Covid-19 na educação e na prática docente em 2020. Participaram 12 docentes, sendo seis de cada país, com idades entre 28 e 51 anos, e experiência profissional variando de 3 a 29 anos nas etapas infantil, primária e secundária. Os relatos obtidos pela pesquisadora revelaram principalmente dificuldades iniciais no uso de tecnologias digitais, como plataformas virtuais, videoaulas e ferramentas como *Meet*, *Zoom*, *WhatsApp*, rádio e TV. Além disso, a autora ressaltou que mesmo após o retorno presencial, muitos professores expressaram exaustão e ansiedade durante as entrevistas.

Na pesquisa realizada por Caetano *et al.* (2023) foi feita uma análise da literatura científica, nacional e internacional, em relação ao trabalho dos professores, durante o período da pandemia de Covid-19. O estudo foi feito no formato de revisão de escopo, caracterizada por um levantamento abrangente da literatura em um campo específico. Os pesquisadores identificaram que os transtornos de saúde mental docente, mais prevalentes, foram a ansiedade e a depressão, destacando-se sintomas como estresse, insônia, exaustão, medo e fadiga. Em menor destaque, foram mencionadas as dificuldades de concentração, baixa confiança e medo na tomada de decisões. Assim, os resultados ofereceram um valioso recurso para fomentar as discussões na interseção entre saúde, trabalho e educação.

Os autores Campos *et al.* (2022) investigaram os desafios que os professores enfrentaram durante a pandemia da covid-19 e como esses desafios influenciam no esgotamento dos docentes. A pesquisa foi qualitativa exploratória e envolveu a aplicação dos seguintes formulários: o questionário demográfico e sócio-ocupacional e a escala para avaliação da Síndrome de Burnout.

Segundo os autores, o retorno às atividades presenciais resultou no aumento da carga de trabalho dos professores, o que contribuiu para níveis mais elevados de estresse e desgaste mental. As redes de ensino municipal e estadual obtiveram indicadores mais alarmantes do que as redes de ensino particular e federal. Portanto, os professores da educação básica, da rede pública de ensino, podem estar mais vulneráveis ao adoecimento mental.

Diante dos desafios enfrentados por professores durante a pandemia, o estudo de Santos, Caldas e Silva (2024) investigou a saúde mental, a autocompaixão e o sentido de vida de docentes da rede pública estadual. A pesquisa, de caráter exploratório e realizada por entrevistas online, envolveu 22 profissionais do ensino fundamental e médio de Sergipe e da Bahia. Os resultados apontam que o contexto de trabalho e fatores pessoais impactaram negativamente o bem-estar desses docentes, evidenciando a importância de intervenções psicológicas que promovam a autocompaixão e resgatem o sentido de vida. O estudo também destacou a urgência de ações coletivas para melhorar as condições laborais e o enfrentamento à mercantilização da educação.

O estudo realizado por Rodrigues (2023) aponta que a pandemia de Covid-19 impactou negativamente a saúde mental dos professores, embora ainda sejam necessárias investigações mais aprofundadas sobre a nova organização laboral e as relações sociais estabelecidas no contexto pós-pandêmico. Nesse sentido, a autora buscou preditores de Transtornos Mentais Comuns (TMC) em professores da rede pública, com base em hipóteses relacionadas a fatores sociodemográficos, condições de trabalho e experiências associadas à Covid-19. Entre os principais achados, cerca de um quarto dos docentes apresentou indícios de TMC, sendo que as variáveis mais fortemente associadas a esses transtornos foram a organização do trabalho, as relações socioprofissionais, a idade e o gênero.

Diante desta revisão narrativa da literatura observou-se que, quanto à obtenção de dados em pesquisas quantitativas e/ou qualitativas, as principais ferramentas para obtenção de dados foram a aplicação de questionários de diversos tipos e a realização de entrevistas individuais ou em grupos. Assim, para o presente trabalho, podem ser obtidas informações e correlações relevantes quanto aos aspectos sociodemográficos, saúde mental, inserção no trabalho, ambiente e condições de trabalho e percepção dos docentes sobre a própria carreira. Nesse sentido, a investigação e busca por conhecimento voltados à saúde mental dos professores, da educação básica do município de Uberlândia, no contexto de pós-pandemia de Covid-19, pode resultar em informações significativas, conforme sugerido nesta revisão bibliográfica.

CAPÍTULO 4

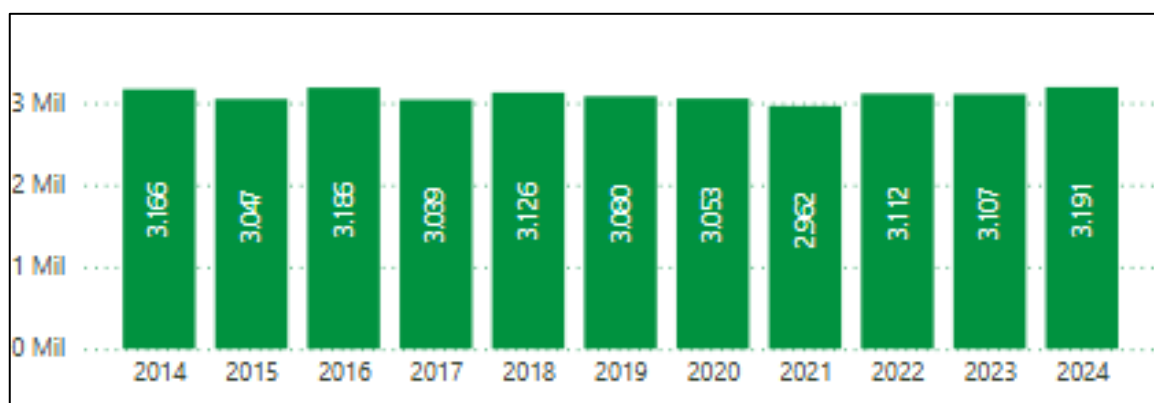
A SAÚDE DOS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA-MG

A cidade de Uberlândia que conta atualmente com 754.954 habitantes, densidade demográfica de 173,31 hab/km², IDH de 0,789 e PIB per capita de R\$ 61.038,02, trata-se segunda maior cidade de Minas Gerais, tem sido destaque nacional em diversos setores (IBGE, 2024). Quanto ao cenário educacional, com foco no profissional docente, de acordo com o Censo Escolar 2024, a cidade conta com 3.191 docentes na rede pública municipal de ensino.

De acordo com as informações da Figura 6, o número de docentes nos últimos 10 anos permaneceu praticamente constante, ao contrário do número de estudantes matriculados (Figura 7), que teve um aumento de 7,31 % comparando-se os anos de 2014 e 2024.

Diante desse cenário de estagnação na carreira docente torna-se essencial investigar o perfil desses profissionais em Uberlândia-MG, a fim de compreender as possíveis causas desse fenômeno e subsidiar propostas de valorização e melhoria das condições de trabalho dos educadores (INEP, 2024).

Figura 6 – Uberlândia (MG): evolução dos docentes da educação básica municipal, 2014 - 2024



Fonte: INEP, 2024.

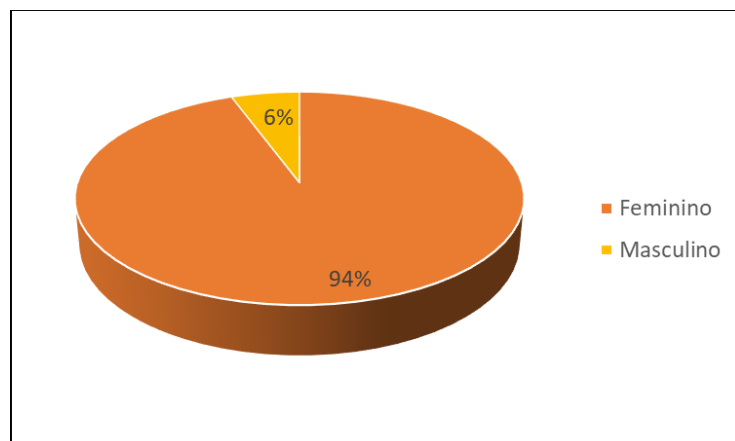
Figura 7 – Uberlândia (MG): evolução número de matrículas na educação básica municipal, 2014-2024



Fonte: INEP, 2024.

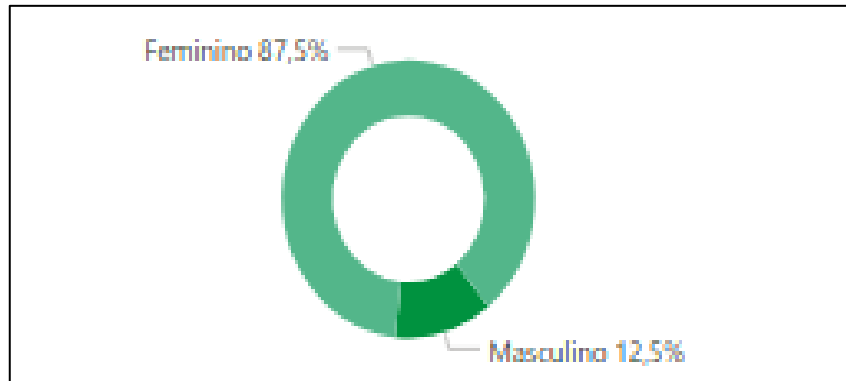
Os dados da pesquisa de campo realizada com docentes evidenciaram uma predominância significativa de mulheres na profissão docente em Uberlândia-MG, ou seja, 94% dos participantes se identificaram com o sexo feminino, conforme ilustrado na Figura 8. Essa tendência é confirmada por dados oficiais do Censo Escolar 2024 (Figura 9), que apontam que 87,5% dos docentes da rede municipal de ensino do município são mulheres (INEP, 2024). Esse panorama reafirma a histórica feminização da docência, marcada pela inserção da mulher no magistério desde o avanço do Capitalismo, quando passaram a educar meninas em tarefas voltadas ao espaço doméstico, enquanto os homens ensinavam os meninos com base em currículos diferenciados (Queiroz; Marinho, 2020).

Figura 8 – Uberlândia(MG): perfil dos docentes participantes do estudo, 2025



Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

Figura 9 – Uberlândia (MG): percentual de docentes da Educação Básica Municipal, por sexo, segundo o INEP, 2024



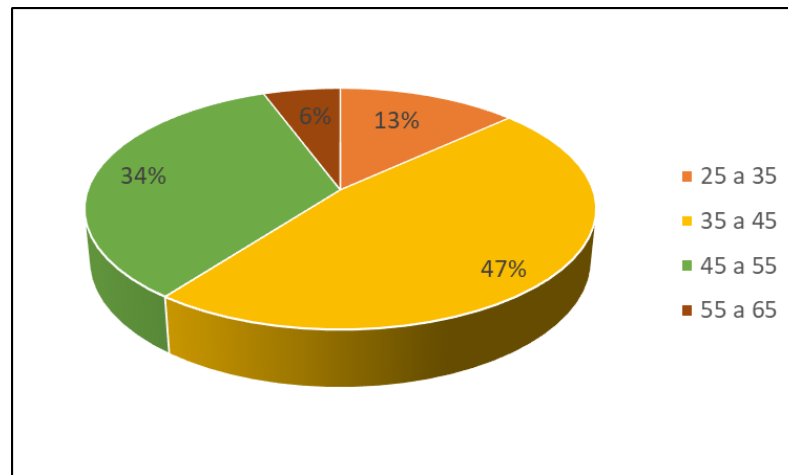
Fonte: INEP, 2024.

A forte presença feminina na educação básica reflete não apenas a continuidade dessa divisão de papéis, mas também o processo de naturalização da docência como uma extensão das funções maternas e do cuidado, o que contribui para a sua desvalorização social. Essa percepção é reforçada por fatores como os baixos salários e a escassa valorização profissional, especialmente nas etapas iniciais da educação formal (Costa 2023; Lourenço *et al.*, 2024). Assim, compreender esse contexto é fundamental para discutir políticas de valorização docente que considerem os marcadores de gênero presentes na profissão.

A análise da faixa etária dos docentes participantes da pesquisa revelou que 47% têm entre 35 e 45 anos e 34% entre 45 e 55 anos (Figura 10), o que indica uma baixa presença de professores jovens na rede municipal de ensino. Essa tendência é confirmada pelo Censo Escolar 2024 (Figura 11), que aponta a predominância de docentes entre 35 e 44 anos (INEP, 2024). A literatura científica tem apontado esse envelhecimento como reflexo da desvalorização histórica da carreira docente, escassez de incentivos à formação inicial e condições precárias de trabalho, fatores que afastam os jovens da profissão (Fortes; Nacarato, 2020).

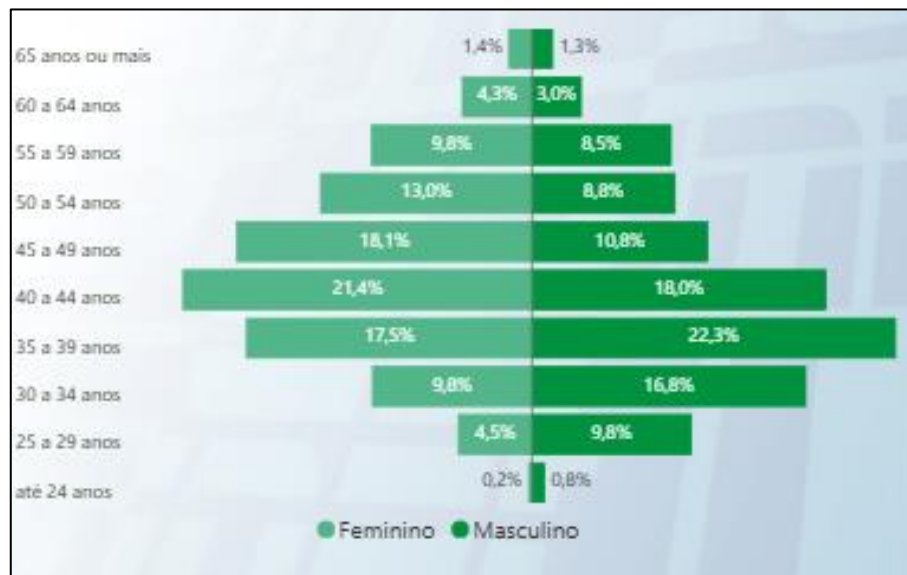
Os resultados da pesquisa também revelaram que 70% dos docentes participantes se autodeclararam brancos, 24% pardos ou pretos, 2% amarelos e 4% pertencem a outros grupos étnicos. Esses dados são confirmados pelo Censo Escolar 2024, que indica que 64,7% dos professores da rede municipal de Uberlândia se autodeclararam brancos (INEP, 2024).

Figura 10 – Uberlândia (MG): percentual docentes participantes do estudo, por idade, 2025



Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

Figura 11 – Uberlândia (MG): percentual docentes da Educação Básica Municipal, por idade, segundo o INEP, 2024



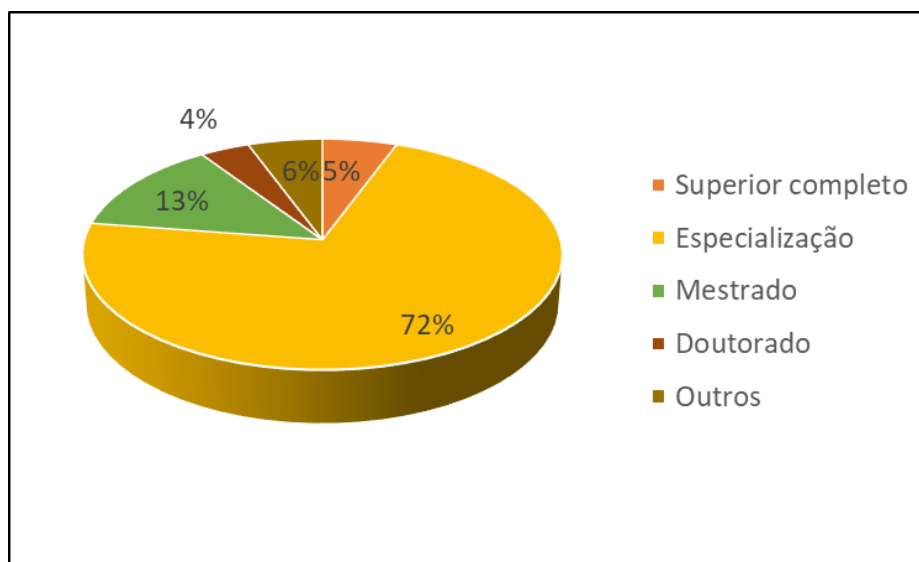
Fonte: INEP, 2024.

Quanto à orientação sexual, observou-se a predominância de docentes heterossexuais (90%), enquanto 6% se identificam como homossexuais e 4% em outras categorias. Em relação ao estado casada ou está em união estável (55%), seguida por solteiros (24%), divorciados ou separados (17%) e outros (4%). Quanto ao número de dependentes, a pesquisa revelou que 70% dos docentes participantes possuem até dois dependentes, o que pode indicar um perfil familiar mais enxuto civil, a maioria é entre os profissionais da educação.

Esse panorama evidencia certo grau de homogeneidade no perfil sociocultural do magistério municipal, marcado pela predominância de pessoas brancas, heterossexuais e em relações conjugais formalizadas. Tais características refletem não apenas a composição histórica brasileira, mas também apontam para desafios relacionados à diversidade e representatividade no ambiente escolar, aspectos fundamentais para uma educação socialmente sensível (Almeida, 2009).

No que se refere à escolaridade docente, os dados demonstram que a maioria dos professores possui Pós-graduação em nível de especialização (72%), sendo que praticamente 100% detém formação de nível superior, conforme ilustrado na Figura 12. Observou-se ainda que 13% dos docentes têm título de mestre e apenas 4% possuem doutorado. Tais dados são reforçados pelo Censo Escolar de 2024 (Figura 13), o qual aponta que 81,7% dos professores possuem algum tipo de pós-graduação e 55,2% realizam formação continuada (INEP, 2024).

Figura 12 – Uberlândia (MG): escolaridade dos docentes participantes do estudos, 2025

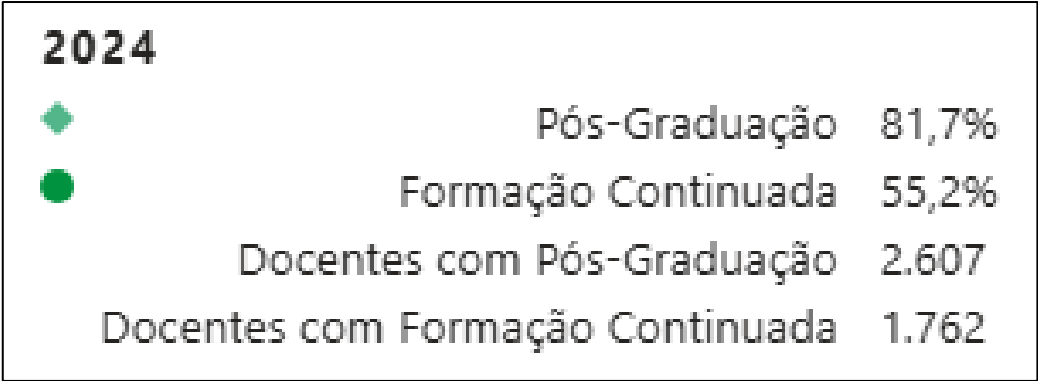


Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

A pesquisa de Queiroz e Marinho (2020), ao analisar a formação dos docentes da rede municipal de ensino de Manaus, confirmou essa tendência ao indicar que a maioria possui graduação e especialização *lato sensu* na área educacional, embora ainda seja reduzida a proporção de professores com mestrado e doutorado. Essas evidências sugerem um movimento em direção à qualificação, impulsionado por exigências da prática pedagógica contemporânea. Conforme a pesquisa de Kaloczi (2021), a formação continuada é fundamental para a

atualização dos conhecimentos e para o desenvolvimento profissional dos professores, permitindo-lhes responder às demandas educacionais de forma crítica e reflexiva.

Figura 13 – Uberlândia (MG): escolaridade dos docentes, segundo o Censo Escolar, 2024

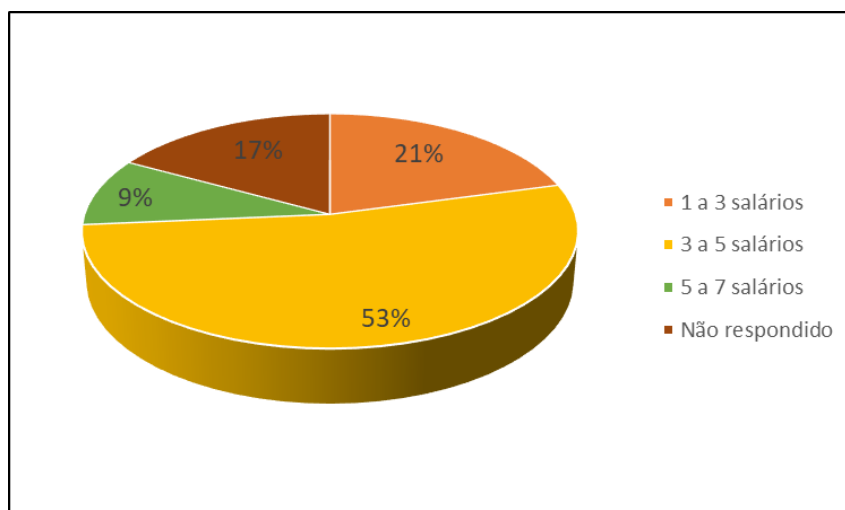


Fonte: INEP, 2024.

Os dados do presente estudo indicaram que a remuneração dos docentes é majoritariamente baixa, com 53% recebendo entre 3 e 5 salários-mínimos e 21% ganhando entre 1 e 3 salários-mínimos, o que reflete a insuficiente valorização financeira desses profissionais, apesar da importância social do seu trabalho. As Figuras 14 e 15 mostram os dados obtidos.

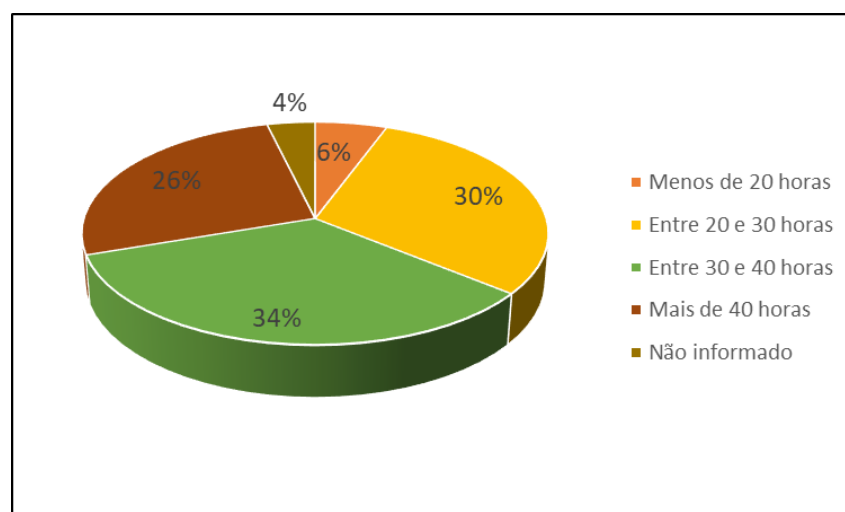
De acordo com a tese de Lima (2024), embora o papel do professor seja fundamental para o desenvolvimento social, as condições salariais e laborais evidenciam a desvalorização da carreira docente. Como consequência, muitos educadores abandonam a sala de aula em busca de outras funções dentro do sistema educacional ou em outras áreas. A autora ressalta também que a baixa remuneração pode estar associada a problemas de saúde entre os professores, uma vez que provoca insatisfação, desânimo e a necessidade de jornadas extras para complementar a renda, o que compromete seu bem-estar físico e mental.

Figura 14 – Uberlândia (MG): perfil de renda dos docentes pesquisados, 2025



Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

Figura 15 – Uberlândia (MG): carga horária semanal dos docentes pesquisados, 2025



Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

Os dados desta pesquisa revelaram que uma parcela significativa dos docentes enfrentam jornadas extensas de trabalho: 34% atuam entre 30 e 40 horas semanais, enquanto 26% ultrapassam as 40 horas. Essa carga horária elevada está associada à baixa remuneração da profissão, o que leva muitos professores a assumirem múltiplos vínculos empregatícios ou a realizarem horas extras como forma de complementar a renda (Silva, 2017).

A tese de Reis (2014) reforça essa realidade ao apontar que, embora a maioria dos docentes pesquisados trabalhe 40 horas semanais (66,67%) e uma parte menor atue com 20 horas (33,33%), apenas 16,67% possuem vínculo com uma única escola, enquanto 83,33%

acumulam funções em mais de uma instituição. Esses dados evidenciam que a sobrecarga de trabalho, motivada por salários insuficientes, compromete não apenas a saúde física e mental dos profissionais, mas também a qualidade do ensino, já que reduz o tempo disponível para planejamento pedagógico, formação continuada e atenção individualizada aos estudantes (Scudeler, 2024).

Em relação à carga horária excessiva dos docentes, o trabalho de Cunha *et al.* (2024) destacou a importância de repensar as múltiplas tarefas atribuídas aos professores, uma vez que suas responsabilidades frequentemente ultrapassam tanto sua capacidade quanto o tempo da jornada escolar. Segundo os autores:

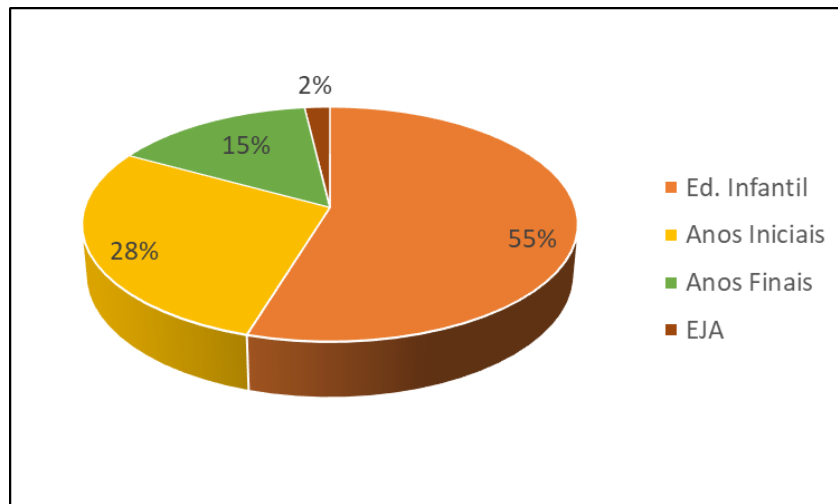
As condições de trabalho desempenhadas pelos docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar. Essas condições, cada vez mais degradantes, podem gerar sobre esforço de suas funções psicofisiológicas e impactar as relações sociais e familiares de forma avassaladora (Cunha *et al.*, 2024, p. 15).

Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 destaca a valorização dos profissionais da educação como um dos seus objetivos fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil. O documento estabelece metas para a elevação progressiva da remuneração dos docentes, equiparando seus salários à média das demais profissões com nível superior, além de garantir condições adequadas de trabalho.

Também enfatiza a necessidade da formação inicial e continuada, a implementação de planos de carreira que considerem formação e experiência, e o reconhecimento social do professor, assegurando ambientes escolares saudáveis. Essas medidas visam promover a valorização integral do profissional docente como condição essencial para o desenvolvimento educacional brasileiro (Brasil, 2014).

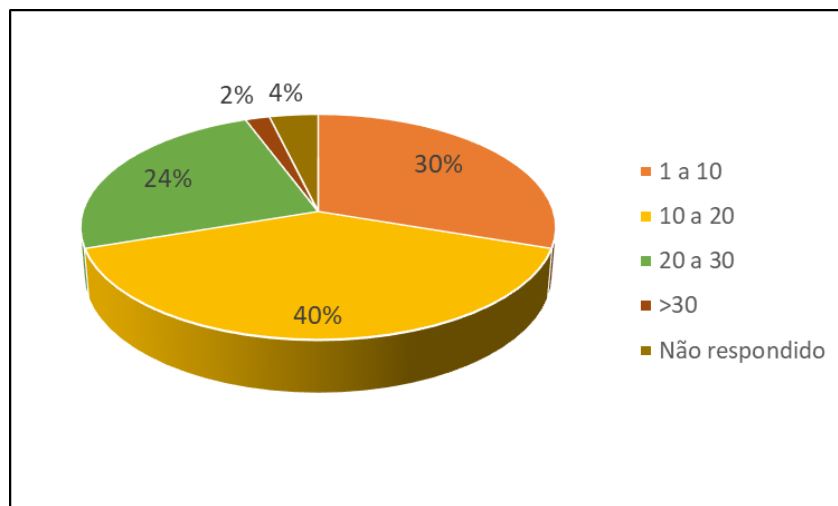
Dos professores participantes da pesquisa, 55% atuam na educação infantil, 43% no ensino fundamental e 2% na EJA, o que evidencia a diversidade do grupo, conforme apresentado na Figura 16. Em relação ao tempo de exercício na docência, observou-se que 40% possuem entre 10 e 20 anos de experiência, enquanto 24% atuam entre 20 a 30 anos, indicando um perfil profissional com maturidade e vivência na área, como detalhado na Figura 17. No que diz respeito à forma de contratação, 87% dos docentes são servidores concursados - dado corroborado pelo Censo Escolar 2024, segundo o qual 93% dos professores possuem vínculo efetivo e apenas 7% atuam por meio de contratos temporários (INEP, 2024).

Figura 16 – Uberlândia (MG): docentes entrevistados, por etapa da educação básica, 2025



Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

Figura 17 – Uberlândia (MG): tempo de experiência no ensino dos docentes participantes da pesquisa, 2025

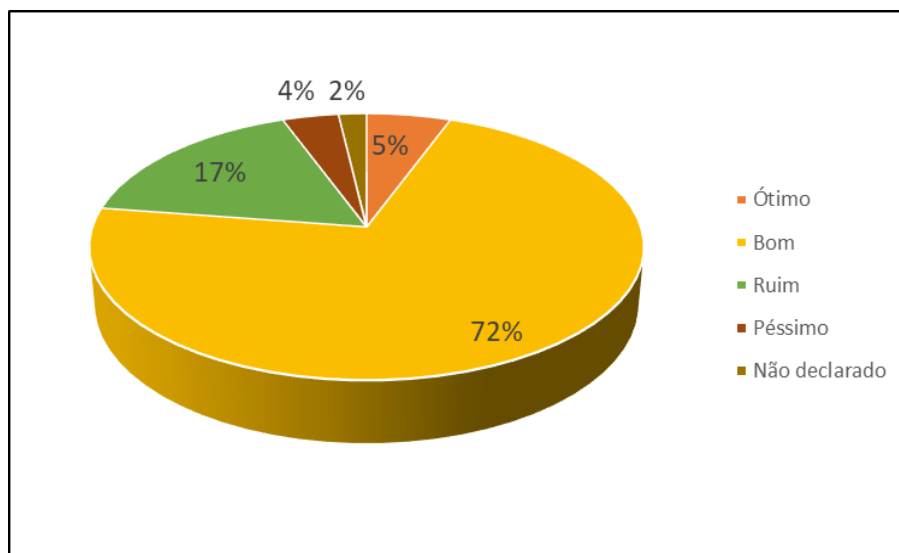


Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

Em relação ao ambiente de trabalho, 72% dos professores o classificaram como bom, enquanto 21% o consideraram ruim ou péssimo, como demonstrado na Figura 18. No entanto, esse dado pode refletir uma percepção distorcida dos profissionais que, por estarem habituados à rotina escolar, acabam por naturalizar condições inadequadas. Estudos apontam que muitos docentes não avaliam positivamente o ambiente escolar, que pode ser degradante e insalubre, conforme evidenciado por Garbin *et al.* (2021), Melo (2017) e Souza e Rodrigues (2021). Esse processo de acomodação pode mascarar os reais problemas enfrentados no cotidiano

profissional, o que dificulta a construção de políticas públicas eficazes voltadas à melhoria das condições de trabalho docente.

Figura 18 – Uberlândia (MG): avaliação do ambiente de trabalho pelos docentes participantes da pesquisa, 2025



Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

Nessa perspectiva, a obra de Ramos *et al.* (2020) afirmou que, além da insuficiência de profissionais para atender às demandas educacionais, muitas escolas não oferecem a mínima estrutura necessária para preservar a saúde física e mental dos educadores. A situação se agrava diante das políticas de cortes orçamentários, que resultam em ambientes com infraestrutura precária, salas de aula superlotadas e mal ventiladas, excesso de ruídos, escassez de materiais didáticos e ausência de apoio pedagógico. Como consequência desse cenário, há relatos de professores que desenvolvem transtornos como fobias, depressão e até aversão ao ambiente e à rotina escolar (Freitas *et al.*, 2024), o que torna evidente os impactos negativos das condições ambientais à saúde docente.

A atual pesquisa investigou aspectos da saúde geral dos docentes, como consumo de álcool, uso de psicotrópicos, infecção por covid-19 e prática de atividade física, como ilustrado na Tabela 2. Observou-se que 58% não consomem álcool e 62% praticam atividade física regularmente, o que indica preocupação com o bem-estar, alinhando-se a estudos que destacam a atividade física como fator protetor contra o estresse docente (Brito, 2022).

Quanto ao uso de medicamentos psicotrópicos, 38% relataram utilizá-los, o que mostra uma demanda preocupante por suporte emocional e psicológico diante da elevada pressão

profissional (Freitas *et al.*, 2024; Paparelli, 2009; Silva, 2017). Já sobre a Covid-19, 60% dos docentes afirmaram ter contraído a doença, o que confirma a vulnerabilidade do setor educacional durante e pós-pandemia e seus impactos na saúde docente (Oliveira; Santos, 2021; Campos *et al.* 2022).

Tabela 2 - Uberlândia (MG): dados de saúde geral dos docentes participantes da pesquisa, 2025

	Consumo de Álcool (%)	Medicam. Psicotrópicos (%)	covid-19 (%)	Atividade Física (frequência semanal - %)	
Sim	40	38	60	Nenhuma	38
Não	58	56	38	2 a 3 vezes	39
Não declarado	2	6	2	Mais de 3 vezes	23

Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

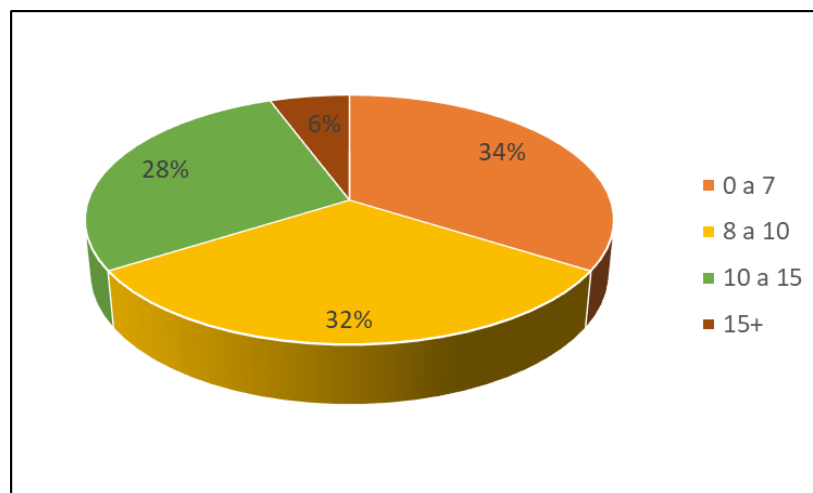
No contexto da busca por saúde física e mental, a tese de Reis (2014) evidencia que as crescentes exigências dirigidas aos docentes, aliadas à intensificação e precarização das condições de trabalho, à desvalorização profissional e à responsabilização excessiva, têm contribuído de forma considerável para o adoecimento da categoria. A autora destaca que tais condições impõem aos professores um esforço contínuo de suas capacidades físicas, cognitivas e emocionais, o que resulta em esgotamento progressivo e sérios comprometimentos à saúde integral desses profissionais.

Diante disso, conforme apontam Brito (2022) e Pinho *et al.* (2021), a precarização do trabalho docente não é um fenômeno recente, mas tem se aprofundado nos contextos contemporâneos. Mesmo antes da pandemia, estatísticas oficiais e diversos estudos já indicavam o agravamento dos problemas de saúde entre professores, com ênfase em transtornos mentais, distúrbios musculoesqueléticos e alterações vocais (Machado 2017; Paparelli, 2009; Silva, 2017).

Pesquisas realizadas em diferentes etapas da educação revelaram altos índices de adoecimento psíquico, intensificados durante e após o período pandêmico (Barros *et al.*, 2022; Diniz *et al.*, 2022; Rodrigues, 2023; Vieira, 2022). Assim, a vivência da pandemia, ao impor novas exigências e desafios à atuação docente, agravou ainda mais um quadro já marcado por vulnerabilidades em relação à saúde desses profissionais.

A Figura 19 apresenta a distribuição dos pontos obtidos pelos docentes no SRQ-20, instrumento utilizado para rastreamento de TMC, no qual pontuações iguais ou superiores a 8 indicam possível presença desses transtornos (Silva *et al.*, 2023). Os dados revelam um cenário preocupante: apenas 34% dos participantes não apresentaram indícios de TMC, enquanto 66% obtiveram pontuação sugestiva da presença de transtornos psíquicos. Esse percentual evidencia uma alta prevalência de sofrimento mental entre os docentes, possivelmente relacionado ao acúmulo de responsabilidades, à sobrecarga de trabalho e à pressão vivenciada na profissão.

Figura 19 – Uberlândia (MG): Porcentagem de pontos obtida para os participantes e b) porcentagem de respostas por pergunta do SRQ-20, 2025



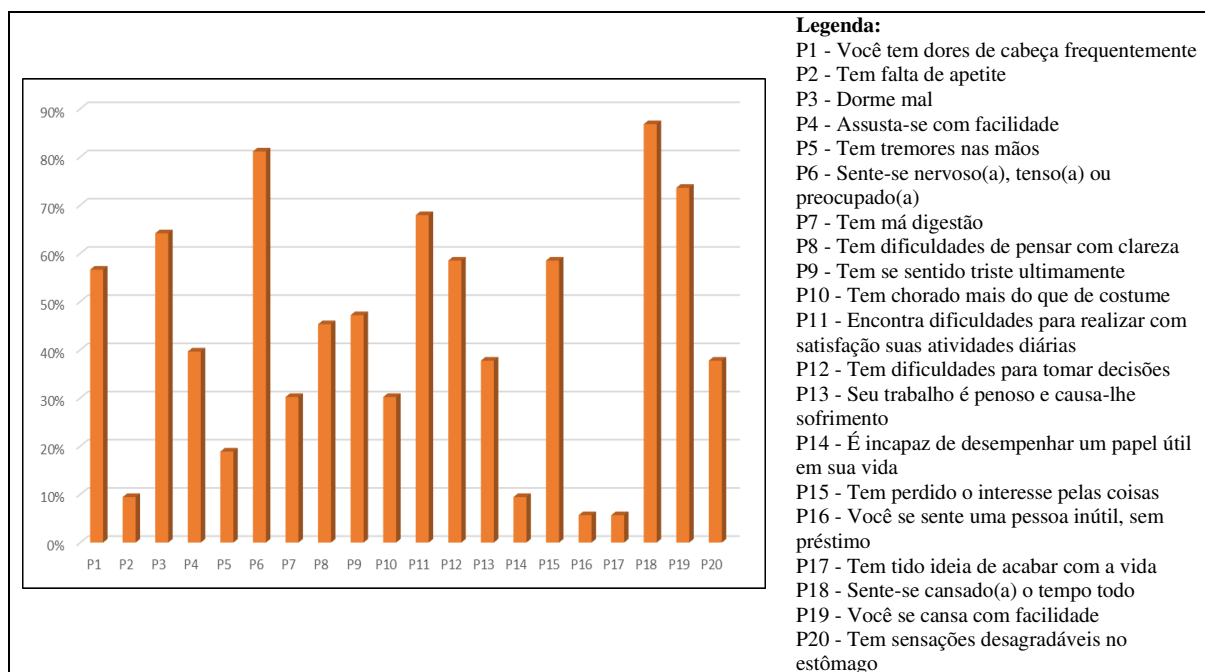
Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

A Figura 20, por sua vez, indica que as questões com maiores frequências de respostas positivas foram as P3, P6, P11, P18 e P19, correspondentes a sintomas como "dorme mal", "sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)", "dificuldade para realizar atividades diárias com satisfação", "cansaço constante" e "fadiga frequente". Esses achados reforçam o quadro de exaustão física e mental dos professores da rede municipal de Uberlândia, corroborando o entendimento de que as condições de trabalho docente têm impacto direto na saúde mental.

Diante do quadro alarmante observado, quanto ao sofrimento mental docente e sintomas relacionados aos TMC, Diehl e Marin (2016, p. 15) reforça que:

O estresse, a ansiedade, o esgotamento e problemas relacionados ao sono como alguns dos principais sintomas de adoecimento mental investigados, observa-se que eles são relacionados aos denominados Transtornos Mentais Comuns (TMC), quadro de sofrimento psíquico de natureza não psicótica, que inclui queixas de ansiedade, depressão, alterações de sono, fadiga e somatizações.

Figura 20 - Porcentagem de respostas por pergunta do SRQ-20.



Fonte: Pesquisa Direta, 2025.

Nesse cenário, a recorrência de transtornos mentais entre docentes evidencia um desgaste emocional que extrapola os limites do equilíbrio psíquico necessário à qualidade de vida no trabalho, apontando para um cenário preocupante no exercício da docência (Silva, 2017). Entre os fatores associados a esse adoecimento estão a repetição de tarefas, o sentimento de frustração profissional, os conflitos nas interações com os alunos, o ambiente escolar instável, a limitação na autonomia docente, a exigência de alta produtividade, a falta de recursos pedagógicos e a inadequação das salas de aula (Alves, 2017).

A prevalência de TMC identificada neste estudo (66%) foi consideravelmente superior à observada em outras pesquisas nacionais, como a de Machado (2017), que investigou docentes da rede municipal de Uberlândia e encontrou uma prevalência de 43,9%. Apesar da taxa inferior, Machado (2017) chamou atenção para o expressivo risco entre as professoras, que apresentaram uma probabilidade 2,6 vezes maior de desenvolver TMC em comparação aos homens.

De modo semelhante, Camada (2016) apontou que estudos sobre a saúde mental de docentes revelaram taxas elevadas de TMC, variando entre 41,5% e 50,3%, o que reforça o caráter preocupante desse agravamento entre profissionais da educação. O índice de 66% identificado na presente pesquisa pode refletir uma combinação de fatores agravantes, como a sobrecarga de trabalho, a precarização das condições laborais, a multiplicidade de vínculos empregatícios

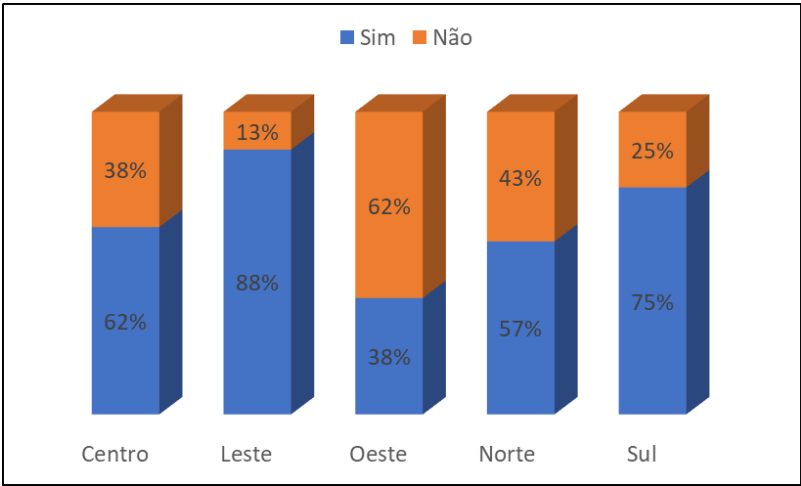
e os efeitos persistentes do cenário pós-pandêmico, o que pode explicar os resultados mais elevados em comparação às pesquisas anteriores citadas.

O estudo de Rodrigues (2023), realizado com mais de 14 mil docentes da educação básica, analisou os preditores de TMC durante a pandemia de Covid-19, considerando aspectos sociodemográficos e condições de trabalho remoto. A prevalência de TMC foi de 21,6%, valor abaixo de estudos anteriores à pandemia. Os resultados mostraram maior ocorrência de TMC entre professores mais jovens, com redução de renda, dificuldades de relacionamento no trabalho e atuação em mais de um nível de ensino, especialmente no Ensino Médio.

Além disso, docentes brancos apresentaram maiores médias de TMC em comparação aos não brancos. As diferenças em relação ao presente estudo podem ser explicadas por fatores como o perfil dos participantes, os instrumentos utilizados e os contextos investigados, sugerindo que o impacto na saúde mental docente varia conforme os desafios enfrentados em cada realidade.

Os dados apresentados na Figura 21 indicam que 62% dos docentes da região central, 88% do setor leste e 75% do setor sul apresentaram indícios de Transtornos Mentais Comuns (TMC). A elevada prevalência observada nesses setores pode estar associada à intensificação da carga de trabalho, ao número elevado de estudantes, à pressão institucional por resultados e à complexidade das demandas pedagógicas e administrativas, fatores que contribuem para o desgaste emocional dos docentes (Assunção; Oliveira, 2009; Cunha et al., 2024).

Figura 21 – Uberlândia (MG): porcentagem de docentes participantes da pesquisa com TMC, por setor da cidade, 2025



Fonte: Pesquisa direta, 2025.

Os resultados dos questionários estruturados evidenciaram elevada prevalência de TMC entre os professores, inclusive em proporções superiores às observadas em estudos anteriores, o que aponta para a relevância de uma análise aprofundada dos fatores associados a esse fenômeno. As variações identificadas entre as diferentes regiões da cidade reforçam que o adoecimento mental docente não é determinado pela localização das escolas, mas, possivelmente, pelas condições de trabalho e pelas demandas cotidianas do ambiente escolar. Ademais, as diferenças observadas segundo idade, gênero e nível de ensino indicam a necessidade de que as estratégias de enfrentamento e prevenção sejam pensadas de forma contextualizada e sensível às especificidades desses grupos. Diante dos desafios contemporâneos, intensificados no período pós-pandemia e pela dificuldade enfrentadas no contexto laboral, é necessário ampliar o apoio institucional aos docentes, valorizar o trabalho docente e implementar ações voltadas à promoção da saúde mental, visando à melhoria do bem-estar profissional e do ambiente escolar.

CAPÍTULO 5

VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES SOBRE A SAÚDE DOS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA-MG

Este capítulo apresenta a análise qualitativa das entrevistas individuais realizadas com professores da rede municipal de educação de Uberlândia-MG, por meio da compreensão suas vivências cotidianas e suas percepções sobre saúde no contexto do trabalho docente. A partir dos relatos, emergem significados, sentimentos e interpretações que revelam como esses profissionais compreendem e experienciam suas condições de trabalho e suas formas de adoecimento. Essa abordagem permite alcançar dimensões subjetivas e complexas da docência que não aparecem nos dados quantitativos, ampliando os conhecimentos sobre os desafios e as potencialidades relacionados à saúde desses trabalhadores.

Para a seleção dos participantes das entrevistas, adotou-se como critério a pontuação SRQ-20 > 8, indicativa de suspeição de Transtorno Mental Comum (TMC), de acordo com os dados do capítulo anterior. Os voluntários contemplaram diferentes faixas etárias, tempos de exercício docente e carga horária semanal superior a 20 horas, respeitando-se a disponibilidade de participação. Algumas informações sobre participantes são mostradas na Tabela 3. Além disso, as falas selecionadas dos entrevistados foram categorizadas conforme o Quadro 2.

Tabela 3 - Uberlândia (MG): perfil dos docentes entrevistados, 2025

Participante	Pontuação SRQ-20	Idade	Tempo de Docência (anos)	Carga horária semanal
P01	20	47	24	Entre 30 e 40 horas
P02	17	41	13	Entre 20 e 30 horas
P03	11	32	-	Mais de 40 horas
P04	10	46	-	Entre 20 e 30 horas
P05	9	50	30	Entre 20 e 30 horas
P06	8	29	10	Entre 20 e 30 horas
P07	8	29	5	Entre 30 e 40 horas
P08	8	46	12	Entre 20 e 30 horas
P09	8	54	33	Entre 20 e 30 horas
P10	8	46	14	Mais de 40 horas

Fonte: Pesquisa direta, 2025.

5.1. Trajetória e identidade profissional

A construção da trajetória profissional docente é marcada por conquistas, aprendizagens e desafios que refletem tanto as escolhas individuais quanto às condições estruturais da profissão. Em um contexto complexo, os professores vivenciam uma distância entre a idealização da docência e a realidade laboral, especialmente diante das múltiplas atribuições e responsabilidades desempenhadas, conforme relatado por alguns professores, durante as entrevistas.

“Em 2007, quando eu entrei, era diferente... Hoje em dia é muito gritante a diferença entre a realidade e expectativa.” (P01)

“Quando eu comecei, eu entrei cheia de sonhos. Achava que iria mudar a educação [...] com o passar do tempo, a gente vai percebendo que não é bem assim não.” (P02)

“As expectativas não combinam com a realidade da profissão.” (P03)

“Meu maior desafio foi entrar dentro da sala de aula, eu com 19 anos e assumir o papel de professora mesmo [...] tive dificuldade de formar e depois entender como que era a sala de aula, planejamento, postura com a turma.” (P05)

“Quando eu passei no concurso, eu tinha uma expectativa muito melhor... era pra ser um avanço, mas não foi.” (P06)

“A gente pensa que daria pra trazer os pais mais pra dentro da escola, pra aula ser muito mais lúdica..., mas nós vamos entrando dentro do sistema mesmo, que vai complicando toda a nossa prática [...] A gente fica numa ilusão de ‘vou trabalhar com um livro de literatura’, e chega na escola, por conta do sistema, nós não podemos fazer isso.” (P07)

Ser docente, nesse cenário, vai além do domínio de conteúdos e técnicas pedagógicas. A formação docente ultrapassa o desenvolvimento de competências didáticas, pois envolve as dimensões humana e social ligadas ao processo educativo. Reconhece-se, assim, no tempo, na escuta e nas experiências compartilhadas, as condições essenciais para que a aprendizagem se construa e o docente se identifique enquanto profissional. Dessa maneira, a identidade docente se forma na reflexão e na constante busca de sentido em meio às contradições que marcam o exercício profissional, com destaque às expectativas frustradas (Alves, 2017).

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho passou por transformações expressivas, marcadas pela crescente precarização e flexibilização das relações laborais. No campo da docência, essas mudanças se expressam por meio de vínculos contratuais instáveis, ampliação da carga horária e aumento das exigências relacionadas ao professor. Nesse cenário têm sido adotadas modalidades contratuais precárias consideradas mais “ágeis”, como contratos temporários ou substitutos, realidade que foi mencionada por uma professora participantes da pesquisa (Alves, 2017).

“Quando eu formei no magistério... pra falar a verdade, eu não tinha expectativa. Eu formei porque era o único curso que dava pra eu fazer na época [...] eu fiquei nesse vai e volta, não tenho um tempo assim pra contar, sabe? [...] trabalhei na área privada... fiz concurso, fiquei cinco anos efetiva, depois só contratos.” (P04)

Nesse contexto, as falas dos professores revelam um sentimento comum de frustração diante do contraste entre as expectativas iniciais e a realidade encontrada na prática docente. O entusiasmo e o ideal de transformar a educação, presentes no início da carreira, são confrontados com as limitações estruturais do sistema educacional, a falta de condições adequadas de trabalho e as restrições impostas pelas políticas institucionais. Assim, a trajetória docente é marcada por um processo de ressignificação, no qual os professores adaptam seus ideais às condições reais de ensino.

5.2. Reconhecimento e valorização social

Entre os pontos negativos comumente associados à profissão docente destacam-se: desvalorização; baixa remuneração; acomodação; falta de reconhecimento social e excesso de trabalho. A baixa remuneração pode estar atrelada ao desenvolvimento de problemas de saúde, por provocar sentimentos de insatisfação e desânimo; em muitos casos, leva a intensas jornadas de trabalho devido à necessidade de completar os rendimentos, ocasionando fadiga e cansaço excessivo. Mesmo que o papel do professor seja considerado importante no desenvolvimento da sociedade, suas condições de trabalho e salários evidenciam a desvalorização de seu labor (Silva, 2017). Nesse cenário, diversos professores mencionaram essa realidade.

“A gente não tem um salário justo [...] a realidade é muito difícil.” (P01)

“Com esse sistema, o buraco é bem mais baixo, passa ano e sai ano, as coisas não melhoram [...] parece que só piora, muita cobrança, não tem valorização. Financeiramente eu acho que é péssimo o nosso salário. É péssimo as nossas condições de trabalho também.” (P02)

“Ah, eu não me sinto valorizada. A primeira coisa é que não tem valorização salarial... a segunda coisa é a falta de estrutura...” (P03)

“Quando eu comecei a trabalhar como professora, a gente ganhava bem... conseguia comprar as coisas e ainda sobrava. Hoje o salário é muito ruim.” (P06)

“Não sinto que eu sou valorizada. Por nenhuma forma, nem pela população, nem pelo nosso salário. Uma gotinha cada ano. E a gente ainda tem que chorar pelo nosso aumento, que na verdade nem é aumento.” (P07)

“Não me sinto valorizada... o que me desmotiva é o salário.” (P09)

Paralelamente à desvalorização salarial produziu-se uma desvalorização social da profissão docente tendo em vista que o sentimento de desvalorização está associado à questão

salarial, onde o professor é visto como alguém que foi incapaz de encontrar uma profissão melhor remunerada (Silva, 2017).

Diante do cenário do nosso país, onde muito é cobrado e pouco é oferecido, o esforço despendido por parte do trabalhador pode se tornar sofrimento. Esse sofrimento se torna mais intenso caso o sujeito não consiga transformá-lo em prazer, ou seja, caso suas realizações no âmbito do trabalho não encontrem o devido reconhecimento, pois esse reconhecimento edifica o sujeito e dá um sentido à autorrealização (Costa, 2023). Diante disso, diversos professores relataram que não se sentem valorizados do ponto de vista social, conforme demonstrado a seguir.

“Parece que eu nunca vou ser reconhecida pelo que eu faço [...] Por mais que eu tente, eu nunca sou reconhecida. Não fui e não sou e acho que nunca vou ser [...] já perdi a minha esperança.” (P02)

“Por eu ter mestrado e doutorado, o plano de carreira ajuda..., mas socialmente não somos nada.” (P08)

“Eu não me sinto valorizada de nenhuma forma, de jeito nenhum na profissão docente.” (P05)

Diante disso, os relatos evidenciam que a desvalorização profissional dos professores da rede pública municipal de Uberlândia se manifesta de forma clara e persistente, principalmente por meio da baixa remuneração e da falta de reconhecimento social. A percepção de injustiça financeira, associada à ausência de reconhecimento institucional e social, contribui para a desmotivação e o desgaste emocional desses profissionais.

5.3. Estrutura e ambiente laboral

Em relação ao ambiente profissional, o docente frequentemente é exposto ao barulho e ruídos de diversas fontes conforme relatado no trecho a seguir: *“O barulho é muito difícil.” (P05).*

Nesse cenário, a disfonia comumente relatada por docentes está relacionada à exposição constante a ruídos e barulhos nas salas de aula. Os professores frequentemente precisam elevar a voz para se sobrepôr ao ruído ambiental, proveniente de ventiladores, sons externos, outras salas e das próprias crianças, o que acarreta esforço e desgaste vocal. Além disso, o uso da voz como instrumento de autoridade e comunicação intensifica a hipersolicitação vocal, o que pode levar a alterações fisiológicas à saúde docente. Esse esforço compromete a qualidade vocal e

também o bem-estar geral, afetando o descanso, a disposição e o equilíbrio físico e emocional dos professores (Assunção; Oliveira, 2009).

Fatores como o número elevado de alunos por turma, a metragem reduzida das salas, o ruído e o absenteísmo configuram dimensões importantes da organização escolar que podem influenciar o processo de sofrimento dos educadores. Esses elementos, ao se combinarem, produzem um ambiente de trabalho marcado por sobrecarga física e emocional, aumento do estresse e diminuição da qualidade de vida. Com isso, a estrutura e a dinâmica das escolas podem gerar desconforto nos docentes, conforme relatado por alguns entrevistados.

“As salas são muito pequenas, tem muita criança e poucos profissionais.” (P09)

“A gente não tem espaço de trabalho, não tem recurso, não tem material. É tudo muito engessado [...] por mais que essas escolas da prefeitura sejam boas escolas, mas ainda falta muito em recurso físico, em espaço físico, tudo isso ainda é muito precário, eu acho. E acaba atrapalhando a nossa própria saúde mental, porque se os alunos estão nervosos, não tem atividade diversificada para ter um bom ambiente.” (P06)

“É muita demanda que é fora da realidade... quem cria as orientações não tem a menor noção do que é ficar dentro de uma sala de aula [...] e aí eles inventam um monte de moda sem ter a menor ideia do que dá certo, do que dá pra fazer dentro de uma sala de educação infantil com 25 meninos lá dentro.” (P06)

“Se a gente quer fazer alguma aula diferente, é muito difícil... não temos apoio. Não temos espaço específico... até pra usar o data show é complexo.” (P07)

Em relação à falta de apoio institucional alguns docentes relataram que:

“A gestão inventa uma coisa que está totalmente fora da sala cheia de alunos... Não entende nossa realidade.” (P01)

De forma geral, a gente precisava de mais apoio, de mais visibilidade por parte tanto da prefeitura quanto de gestão. (P06)

“A gestão é bem ditadora... não aceita funcionário dar ideias.” (P05)

“De 4 em 4 anos muda o prefeito, muda a missão e o valor... nunca tem cultura nem clima.” (P08)

As falas evidenciam a percepção de falta de apoio institucional e de distanciamento entre a gestão e a realidade vivenciada pelos professores em sala de aula. Os relatos apontam para uma gestão pouco receptiva ao diálogo e à participação docente nas decisões escolares, o que pode gerar sentimentos de desvalorização e desmotivação. Essa ausência de apoio e reconhecimento institucional fragiliza o vínculo dos educadores com a escola e contribui para o desgaste da categoria.

Quanto aos familiares dos estudantes, alguns docentes destacaram que o papel do professor vai além do ensino dos alunos, conforme mostrado a seguir.

“A família quer colocar tudo pra gente. O que ela não faz, ela quer que a gente faz.” (P01)

“Quanto mais desestruturada a família, mais o aluno tem dificuldade na aprendizagem... parece que a gente tá aquém de um sistema falho.” (P02)

“A gente se tornou um depósito... a família, muitas vezes, somos nós.” (P08)

Nesse cenário, o trabalho de Cunha *et al* (2024, p. 4) ressalta que:

As realidades das escolas também são bastante diferentes, com a presença de um público de alunos que trazem consigo os reflexos das desigualdades sociais. Dessa forma, o professor acaba desempenhando uma função social, que muitas vezes, vai além do processo ensino-aprendizagem. O professor se depara com situações que requerem atenção e auxílio aos discentes, realizando o papel dos familiares e de outros profissionais, como psicólogos e assistentes sociais no cotidiano da sua prática.

No contexto da realidade dos estudantes, um dos professores entrevistados mencionou que: *“Da vida inteira de escola particular... quando vim pra pública me deparei com situações muito graves... quem fracassa é o aluno negro e pobre.” (P08)*

Essa fala revela uma percepção crítica sobre as desigualdades estruturais presentes no sistema educacional brasileiro, especialmente no contraste entre as redes pública e privada. A afirmação de que *“quem fracassa é o aluno negro e pobre”* aponta para o caráter sistêmico do fracasso escolar, que não se restringe ao desempenho individual, mas reflete a reprodução de desigualdades raciais e socioeconômicas no ambiente escolar.

Em relação aos estudantes da educação especial, alguns participantes destacaram que a realidade vivenciada em sala de aula difere do que é idealizado pelos marcos normativos.

“Por mais que a gente faz uma pós na educação especial, eu acho que a gente tinha que ter mais engajamento da prefeitura [...] a teoria é muito diferente da prática da sala de aula.” (P02)

“A escola não oferece suporte ao autista, mas você é obrigado a aceitar a matrícula [...] porque ficou nas costas do professor uma demanda que o Estado não assume, a escola não assume. Os pais também não acionam.” (P04)

“Lidar com crianças especiais sem preparo nenhum... a gente é jogado dentro da sala sem nenhuma orientação.” (P06)

De acordo com Cunha *et al.* (2024), essa realidade evidencia o distanciamento entre o que preveem as políticas de educação inclusiva e as condições concretas oferecidas pelas instituições públicas. O artigo 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura à pessoa com deficiência o direito a uma educação inclusiva, em todos os níveis de ensino, e impõe ao Estado, à família, à comunidade escolar e à sociedade a responsabilidade de garantir esse direito, livre de qualquer forma de violência, negligência ou discriminação (Cunha *et al.*, 2024). No entanto,

a precarização da infraestrutura escolar pública compromete a efetivação desses princípios, o que dificulta o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência e revela a contradição entre o discurso da inclusão e a realidade das práticas educativas.

5.4. Ritmo e intensidade do trabalho docente

Quanto à carga horária, muitos docentes relataram que as demandas extraclasse, como planejamento, correções e reuniões, demandam muito tempo, estendendo a jornada para além do previsto, contribuindo para uma maior sobrecarga e desgaste.

“Você tem que levar coisa pra casa... é tudo muito cansativo, desgaste é enorme [...] a gente tira muita coisa do bolso.” (P01)

“Eu passo em 19 turmas... quatro escolas... o tempo de planejamento é muito pouco [...] porque é diário, é organização de atividade, é planejamento, é relatório.” (P06)

“É muito exaustivo... No final do dia eu quero só ficar quieta, é a alma voltar pro corpo [...] Temos que trabalhar dois turnos pra conquistar... então é muito difícil. [...] A gente não trabalha só nos horários da escola... é o tempo todo mesmo, 24 horas.” (P07)

“Levo trabalho pra casa... essa carga tinha que ser paga.” (P09)

“Pra quem tem dois horários, eu acho extremamente puxado, porque o trabalho do professor não é só dentro da escola, não é só a carga horária dentro da escola. Você leva muita coisa para casa. Eu, por exemplo, não consigo fazer tudo o que eu preciso dentro de escola.” (P04)

Os relatos evidenciaram a sobrecarga e o desgaste físico e emocional enfrentados pelos docentes, decorrentes da intensificação do trabalho e da precarização das condições laborais. As falas revelam que o exercício da docência ultrapassa os limites da jornada formal, onde os professores continuam realizando atividades de planejamento, correção, elaboração de relatórios e outras atividades. A falta de tempo para o planejamento pedagógico adequado, a necessidade de atuar em mais de um turno, bem como o uso de recursos próprios para suprir carências estruturais, apontam para um cenário de exaustão e desvalorização profissional.

Em relação ao trabalho “burocrático” o participante P07 ressaltou que o professor executa: *“[...] tantas questões burocráticas... Documentos, coisas que não é do pedagógico, que vêm de cima e temos que fazer.” (P07)*. O envolvimento excessivo dos professores com tarefas burocráticas evidencia um processo de precarização do trabalho docente, no qual o foco da atuação profissional se distancia de seu verdadeiro papel social e pedagógico.

Essa sobrecarga, marcada pelo preenchimento de fichas e formulários de avaliação, contribui para a perda do sentido do trabalho e para o sentimento de desvalorização (Costa,

2023). Além disso, as cobranças por produtividade, impulsionadas por políticas educacionais do governo e reproduzidas pelos gestores institucionais, intensificam a pressão sobre os docentes e reforçam a burocratização como mecanismo de controle das práticas pedagógicas (Antonini, 2018).

Dessa forma, observa-se que a desvalorização do trabalho do professor está inserida em um contexto mais amplo de reconfiguração das relações laborais sob a lógica neoliberal, na qual o Estado e as políticas públicas passam a operar segundo princípios de mercado e produtividade (Lima, 2024). Nesse contexto, a intensificação do trabalho (material e imaterial), o aumento da carga horária e a desvalorização salarial evidenciam a exploração da força de trabalho docente, sendo necessária uma reflexão crítica e resistência diante de um modelo cada vez mais produtivista e burocratizado.

5.5. Experiências com as modalidades de ensino no contexto de pandemia

Alguns professores relataram que a transição para o ensino remoto emergencial, durante a pandemia de Covid-19, representou um grande desafio, exigindo adaptação rápida e reinvenção de suas práticas pedagógicas. O processo demandou o aprendizado de novas ferramentas e formas para tornar as aulas virtuais mais dinâmicas, enfrentando, contudo, dificuldades em manter a atenção e o engajamento dos estudantes nesse novo formato de ensino.

"O remoto, eu achei terrível. Ninguém tinha preparação, não tínhamos equipamentos eficientes em casa. E foi cobrado muito mais relatório e parte burocrática do que propriamente lidar com as crianças." (P04)

"Tive que comprar até um computador novo... achei uma furada essa história de ensino híbrido [...] E aí entrava crianças, o pai deixava lá com você e pronto. Péssimo, péssimo." (P01)

"Tive que comprar computador e meu filho que me ensinou a mexer... foi de grande dificuldade." (P05)

"Tive muita dificuldade com o Google Meet... alfabetizar online não dava... pai e mãe brigando na câmera e sem estar com roupa adequada. É isso. Brigando... Menino comendo..." (P02)

Nesse contexto, a sobrecarga de trabalho docente intensificou-se com a adoção do ensino remoto, que ampliou as demandas da rotina profissional. Muitos professores passaram a dividir o tempo entre reuniões virtuais, preparação de aulas e materiais de apoio, atendimento aos alunos e as tarefas do lar, resultando em um acúmulo de responsabilidades. De acordo com Barros *et al.* (2022), embora os impactos tenham variado entre as diferentes redes de ensino, mesmo os docentes familiarizados com atividades *online* sentiram os efeitos do excesso de

trabalho e do desgaste mental. Apesar desse esforço intenso, o empenho dos professores durante a pandemia da Covid-19 não recebeu o devido reconhecimento, conforme apontado pelo participante P06: *“O povo achava que a gente não estava trabalhando... a gente tava trabalhando muito e sem reconhecimento.”* (P06).

De acordo com Diniz *et al.* (2022), o ensino remoto emergencial surgiu como uma alternativa para reduzir o absenteísmo escolar e universitário durante a pandemia. Apesar de representar uma tentativa válida de manter o vínculo entre alunos e professores por meio de ambientes virtuais, essa modalidade expôs profundas desigualdades no acesso às tecnologias de informação e comunicação, revelando limitações estruturais e sociais que impactaram a efetividade do processo educativo, como se observa nos relatos a seguir.

“Então, o processo da aula online, o que foi complicado é que muitas vezes nem os pais conseguem utilizar a tecnologia. Então, para as crianças terem acesso, eles entenderem o que era aquilo, foi um caos, podemos dizer assim. Então, começa por essa questão de uso da tecnologia, que foi muito difícil [...] Não adianta falar que todos tem celular ou computador, porque não é essa a realidade.” (P07)

“No contexto da rede pública, não funciona. Por vários motivos. Primeiro que a rede pública não está preparada para tecnologia, nem quando, por exemplo, fala que tem um laboratório de informática [...] Assim como as famílias também não estavam preparadas.” (P08)

As falas dos docentes evidenciaram que muitos alunos e suas famílias não possuíam recursos adequados, como celulares ou computadores, nem domínio das ferramentas digitais para acompanhar as aulas, o que comprometeu o processo de ensino-aprendizagem.

O retorno ao trabalho presencial pós-pandemia de covid-19 representou uma pressão social intensa para diferentes categorias profissionais, especialmente para os docentes. No contexto educacional, foi necessária a readequação do ambiente físico e o cumprimento de protocolos de segurança e higienização. Além disso, o processo de retomada das aulas presenciais revelou um cenário de vulnerabilidade emocional e de sobrecarga, refletindo o medo da contaminação e os impactos psicológicos da readaptação ao convívio escolar e das exigências pedagógicas (Campos *et al.*, 2022).

“A volta pro presencial também foi muito complicada pra gente [...] foi um impacto muito forte.” (P01)

“A sensação de quando retornou da pandemia era de medo... retornou antes do final oficial.” (P03)

“O retorno para a escola foi muito rápido e não deu tempo de nos preparar psicologicamente.” (P10)

As falas docentes evidenciam que o retorno ao ensino presencial foi marcado por sentimentos de medo, insegurança e exaustão emocional. Esses discursos revelam um campo permeado pela tensão entre o dever profissional e a preservação da própria saúde, demonstrando a fragilidade emocional e a falta de preparo institucional para lidar com as consequências subjetivas da pandemia.

A imposição de medidas restritivas, como o distanciamento social, o uso constante de máscaras e a limitação de interações físicas e afetivas, alterou de forma relevante as práticas pedagógicas. Os discursos docentes (P05) e (P06) refletem a ruptura com o vínculo relacional e afetivo, dimensão essencial da prática educativa, substituída por um ambiente de controle e vigilância sanitária. Como destaca Vieira (2022), essas novas regras interferiram na dinâmica didática e no bem-estar emocional dos professores, que tiveram de lidar com a contradição entre ensinar e evitar o contato.

“Na pandemia era muito medo... as pessoas ficavam afastadas, todo mundo de máscara e era difícil pra criança entender o que eu falava. As crianças chegaram totalmente num nível jamais visto, porque elas não verbalizavam, elas não tinha estímulo.” (P05)

“Eu fiquei desesperada com o risco... ia trabalhar com face shield e saía desesperada todo dia [...] então, os meninos não sabem manter distanciamento. Eles tossiam, eles não sabiam ficar de máscara da forma correta. Então, aumentou muito minhas crises de ansiedade, por causa disso.” (P06)

Em síntese, os discursos analisados demonstraram que o retorno ao ensino presencial não se limitou a um processo administrativo ou pedagógico, mas configurou-se como uma experiência emocional marcada pela incerteza, pelo medo e pela falta de apoio institucional. Os relatos dos professores evidenciam que a retomada das atividades presenciais trouxe à tona sentimentos de vulnerabilidade, exaustão e adoecimento, resultantes tanto da pressão para restabelecer a rotina escolar quanto da ausência de condições adequadas de acolhimento e cuidado tanto de professores quanto de estudantes.

5.6. Saúde mental e física dos professores pós-pandemia

Após o retorno às atividades presenciais, o sofrimento mental docente se intensificou por uma série de fatores interligados, que vão desde a sobrecarga de trabalho e a pressão institucional até as experiências traumáticas vivenciadas durante a pandemia. Ainda que o adoecimento mental entre professores não seja um fenômeno recente, o contexto pandêmico acelerou e agravou o desgaste emocional desses profissionais. A precarização das condições de trabalho, já apontada por diversas pesquisas anteriores, ganhou novos contornos diante da

necessidade de adaptação imediata ao ensino remoto e, posteriormente, ao retorno presencial (Pinho *et al.*, 2021).

O aumento das desigualdades sociais durante e após a pandemia também teve reflexos diretos na atividade docente, ampliando o estresse e o sentimento de impotência frente às demandas educacionais e emocionais impostas pelo contexto. As evidências indicam que o retorno pós-pandemia não significou uma retomada do modelo anterior, mas uma reconfiguração das relações interpessoais e das práticas educativas, agora marcadas por perdas, incertezas e tensões, aspectos evidenciados nas falas docentes:

“Hoje eu sou bem mais ansiosa ainda... perdi pessoas da minha família com covid... fiquei mais paranoica.” (P02)

“Depois da pandemia piorou minha saúde mental... somos cobrados agora como se a gente tivesse na pandemia...” (P03)

“Eu acho que na própria pandemia já foi um caos psicológico. E depois disso, acho muito mais estressante, muito mais exaustivo.” (P07)

As falas dos participantes reforçam a percepção de continuidade do sofrimento psíquico. *“Hoje eu sou bem mais ansiosa ainda... fiquei mais paranoica.” (P02)* e *“Depois da pandemia piorou minha saúde mental... somos cobrados agora como se a gente tivesse na pandemia...” (P03)* evidenciam o entrelaçamento entre o medo e a pressão profissional.

Mesmo que já houvesse um quadro de vulnerabilidade antes da pandemia, os impactos da Covid-19 na saúde mental dos professores ainda são pouco explorados em profundidade, especialmente no que se refere à persistência dos sintomas no período de readaptação ao ensino presencial. Os estudos de Scudler (2024) apontam que os prejuízos educacionais e psicológicos permanecem evidentes, revelando que o retorno às escolas trouxe novos desafios relacionados à necessidade de mitigar os efeitos do ensino remoto e lidar com as marcas emocionais deixadas pelo isolamento e pelo ensino remoto.

“Depois da pandemia eu já tive várias crises de pânico e tive que começar a tomar remédio para desligar [...] Eu sempre fui ansiosa, desde criança, mas depois da pandemia isso ficou muito mais intenso. Eu acho que a gente viveu muita coisa, a gente viu uma realidade que a gente achava que era coisa de filme.” (P06)

“Na pandemia tivemos muitas dificuldades, foi um período muito difícil, só de lembrar eu fico nervosa [...] Eu tinha dor de cabeça todos os dias, e era dor forte. Meu tratamento de enxaqueca terminou recentemente, mas meu sono é muito ruim.” (P10)

“Hoje eu sou uma pessoa depressiva... desenvolvi ataque de pânico, tenho ansiedade com um grau muito alto que está atacando a minha voz. Essa rouquidão minha é a ansiedade, eu perco a voz todinha por causa da ansiedade.” (P01)

Além dos discursos anteriores, a fala de P02 - *“Detesto trabalhar... vai dando a hora, já vai me dando uma ansiedade, um aperto no peito, uma angústia [...] já aconteceu de eu sair da sala pra chorar.”* - expressa sinais de sofrimento mental e exaustão emocional, frequentemente associados aos TMC, como ansiedade e depressão. Esse discurso revela tanto o cansaço físico e emocional, quanto a perda de prazer e sentido na prática docente.

Essa percepção também é reforçada em outro relato: *“Eu tô adoecida... tive Burnout muito sério [...] minha saúde mental piorou muito depois do covid [...] faço tratamento com psiquiatra [...]”* (P01). Aqui, observa-se a materialização do sofrimento em diagnósticos clínicos e na necessidade de medicamentos como forma de tratamento. Nesse sentido, a síndrome de *Burnout*, associada à sobrecarga e à pressão por desempenho, no contexto pós-pandêmico, emerge como uma das consequências do estresse laboral crônico (Brito, 2022).

Além disso, a qualidade do sono aparece como um fator central na manutenção da saúde mental docente. Conforme apontam estudos, o padrão de sono inadequado está relacionado à fadiga, sonolência e maior risco de Burnout (Brito, 2022). O depoimento de um dos participantes evidencia esse quadro de desregulação emocional e fisiológica, decorrente do acúmulo de responsabilidades e da pressão por desempenho: *“Faço tratamento, tive que aumentar medicação depois da pandemia, fico nervosa, ando muito preocupada. Tem situações que me tiram o sono.”* (P09).

Por fim, como demonstrou o conjunto das falas, os sentimentos de medo, incerteza, raiva, angústia e desesperança revelam um processo de sofrimento mental entre os docentes, agravado pelo contexto pós-pandemia. Esse sofrimento, quando não reconhecido e enfrentado de forma adequada, pode evoluir para quadros mais graves, como depressão, ansiedade e *Burnout*, resultando em afastamentos, queda de desempenho e desmotivação. Desse modo, reafirma-se a necessidade de políticas institucionais voltadas à valorização, ao acolhimento e ao cuidado com a saúde mental dos professores, como condição para a sustentabilidade da prática educativa e o fortalecimento do sistema de ensino.

No período pós-pandêmico, as dimensões da saúde física e do bem-estar tornaram-se mais evidentes no cotidiano docente, com impactos persistentes nas rotinas pessoais e profissionais. Os relatos abaixo ilustram como o isolamento social, a interrupção de atividades regulares e a intensificação das demandas escolares contribuíram para mudanças na relação dos professores com o próprio corpo.

"Eu já era uma pessoa sedentária... Isso só piorou com a pandemia." (P04)

"Eu não tenho disposição para fazer prática física, que antes eu fazia. Na pandemia a gente teve que parar tudo e depois disso eu não tive mais disposição e tempo e disciplina pra fazer." (P06)

Diante desses relatos, evidencia-se que o adoecimento docente no pós-pandemia também abrange dimensões físicas e emocionais. Lima (2024) aponta que fatores como desmotivação, desvalorização profissional, excesso de carga laboral e falta de tempo para o autocuidado figuram entre os principais elementos desse processo. Além disso, a redução de atividade física, a piora dos hábitos alimentares e os distúrbios do sono podem afetar o desempenho cognitivo, o humor e o equilíbrio emocional, aumentando o risco de hipertensão, ansiedade e irritabilidade (Brito, 2022).

Dessa forma, torna-se fundamental promover o cuidado integral dos docentes, contemplando aspectos físicos, emocionais e sociais, a fim de mitigar os impactos da docência e favorecer condições de trabalho mais saudáveis no contexto pós-pandemia.

5.7. Motivação, sentido e perspectivas na docência

No eixo de expectativas e perspectivas docentes, emergem discursos que revelam desencanto profissional. Nesse contexto, identificou-se um discurso marcado pela desilusão, no qual o trabalho é percebido como obrigação. O docente a seguir reconhece o vínculo laboral não como escolha autônoma, mas como necessidade: *"Não tenho ânimo mais pela educação... Fico pensando, por que foi que eu escolhi essa profissão [...] A gente vai trabalhando porque a gente precisa [...] não tem outro jeito."* (P01).

Em contrapartida, a maior parte dos entrevistados ressignifica a experiência profissional a partir da relação construída com os estudantes e dos sentidos produzidos nesse processo. Ainda que reconheçam as fragilidades estruturais da docência, destacam como aspecto positivo o retorno afetivo e pedagógico dos alunos, elemento que sustenta sua permanência na profissão:

"Tem algumas crianças que te dá tanto gosto de ver... te dá um retorno positivo. Isso é o que é o prazer meu hoje em dia." (P02)

"Eu continuo na profissão pelos alunos... o retorno que as crianças dão te faz sentir útil, relevante, sabe." (P03)

"Ver o crescimento da criança [...] isso me deixa feliz [...] coordenação motora conseguiu algum êxito." (P05)

"Por mais que temos tantas questões, [...] eu vejo o desenvolvimento, a aprendizagem, o afeto desses alunos [...]." (P07)

“É um prazer quando eles param para prestar atenção... acontece muito raramente.” (P08)

“Eu amo desenvolvimento infantil [...] sempre gostei.” (P04)

Nesse sentido, o trabalho de Silva (2017) evidencia aspectos positivos da atuação docente, como o papel de mediadores do conhecimento, o vínculo afetivo com a profissão e a satisfação em acompanhar o desenvolvimento estudantil. Os depoimentos dos professores ressaltaram o sentido existencial atribuído ao trabalho, enquanto poucos se referem positivamente às condições materiais necessárias para sua realização. Assim, a centralidade recai sobre a dimensão simbólica da docência, em detrimento da valorização do contexto material do trabalho.

Outro elemento discursivo importante se refere à persistência e automotivação, mostrando dimensões subjetivas que sustentam a continuidade no magistério apesar das adversidades: *“Eu não sei lidar com a ideia do desistir. [...] Eu ainda acho que a gente faz diferença na vida de todos.” (P06).*

Perspectivas como essa dialogam com uma compreensão ampliada do desenvolvimento humano, entendendo-o como processo contínuo, condicionado por fatores socioculturais e intimamente vinculado ao trabalho. A articulação entre saúde, educação e desenvolvimento é essencial: não há transformação possível sem garantir condições que preservem a integralidade do trabalhador, permitindo que a prática docente se constitua como espaço de crescimento, e não de adoecimento (Vieira, 2022).

Diante dessas análises, torna-se evidente que as perspectivas docentes são reforçadas por elementos subjetivos, como o reconhecimento dos estudantes, o afeto e o compromisso ético, que compensam parcialmente, as fragilidades estruturais da profissão. Embora esses sentidos contribuam para a permanência na carreira e para a construção de identidades docentes resilientes, eles coexistem com um cenário de precarização, sobrecarga e falta de apoio institucional, que repercute negativamente na saúde mental do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo estudar a saúde dos professores da educação básica no período pós-pandemia de Covid-19, tomando como campo empírico a rede pública municipal de Uberlândia-MG. Para tal, adotou-se uma metodologia mista composta por questionários estruturados e entrevistas individuais, que permitiram tanto a identificação de tendências quantitativas; quanto a compreensão das percepções e experiências subjetivas dos docentes.

A análise demográfica revelou um contexto de relativa estabilidade no número de docentes na rede municipal de Uberlândia nos últimos dez anos. Em contrapartida, observou-se, no mesmo período, um crescimento de 7,31% na matrícula de estudantes. Esse descompasso evidencia a ampliação das demandas educacionais sem o correspondente aumento do corpo docente, o que configura um cenário de sobrecarga estrutural que pressiona os profissionais.

Quanto ao perfil dos participantes, verificou-se a predominância de mulheres entre os docentes investigados (94%), número semelhante ao registrado oficialmente pelo Censo Escolar 2024 (87,5%). Os resultados reiteram a histórica feminização da docência, processo que se consolidou com a modernização capitalista e que, ao longo do tempo, associou o magistério à ideia de extensão do cuidado doméstico.

Em relação ao ambiente de trabalho, 72% dos docentes o classificaram como bom; entretanto, 21% o avaliaram como ruim ou péssimo. Essa aparente contradição pode refletir um processo de naturalização da precariedade, em que condições inadequadas são assimiladas como norma dada a persistência histórica de problemas estruturais.

Os resultados sobre a saúde mental dos docentes, mensurados por meio do SRQ-20, revelaram um cenário preocupante: 66% dos participantes apresentaram pontuação maior que 8, indicando possível presença de TMC. Esse percentual demonstra a elevada prevalência de sofrimento mental na categoria e supera índices observados em estudos anteriores. Esse conjunto de dados evidencia a necessidade de medidas de prevenção e cuidado voltadas à promoção da saúde mental no ambiente escolar.

A etapa qualitativa, realizada por meio de entrevistas com participantes que obtiveram pontuação SRQ-20 maior que 8, possibilitou aprofundar a compreensão dos aspectos subjetivos do adoecimento dos professores. Os relatos revelaram um conjunto de tensões que atravessam

a prática profissional, desde a discrepância entre a idealização da docência e sua materialidade cotidiana até a desvalorização institucional e social.

A sobrecarga de trabalho emerge como tema recorrente nos depoimentos, marcada pela intensificação das atividades em sala de aula e também pela necessidade de realizar tarefas pedagógicas em casa, atuar em mais de um turno e utilizar recursos próprios para suprir carências estruturais. As falas evidenciaram a exaustão física e emocional, muitas vezes expressa em sofrimento extremo, no qual a ansiedade, o aperto no peito e o choro se tornam presentes na rotina. Tais manifestações indicam níveis significativos de sofrimento mental e constituem sinais compatíveis com TMC, como ansiedade e depressão.

No contexto pandêmico, as dificuldades se acentuaram. A rápida transição para o ensino remoto exigiu adaptação emergencial, aprendizagem de novas ferramentas e reformulação das práticas pedagógicas. Entretanto, a desigualdade de acesso às tecnologias comprometeu o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que muitos estudantes não possuíam recursos adequados ou conhecimento suficiente para acompanhar as aulas virtuais.

O retorno presencial também se mostrou desafiador, sendo marcado por sentimentos de medo e insegurança, dada a necessidade de readequação dos espaços físicos e do cumprimento de protocolos de segurança. A vulnerabilidade emocional dos docentes se intensificou, resultando em maior pressão institucional e pedagógica.

Apesar do conjunto de desafios e fragilidades identificados, muitas falas destacaram elementos subjetivos que sustentam a permanência docente: o vínculo com os estudantes, o afeto e a possibilidade de contribuir com a transformação social. Esses fatores compõem sentidos positivos atribuídos à docência, que funcionam como contrapeso à precarização laboral.

Assim, a docência na rede pública de Uberlândia-MG, especialmente no período pós-pandemia, é marcada por um cenário complexo, no qual existem fragilidades estruturais. A elevada prevalência de sofrimento mental evidencia a necessidade de ações urgentes, estruturadas e contínuas, capazes de assegurar condições dignas de trabalho e preservar a saúde dos profissionais. A atenção integral ao trabalho do professor constitui, portanto, uma medida de cuidado coletivo, sendo um compromisso social e político com a qualidade da educação pública local.

REFERÊNCIAS

- ALIANTE, G.; MENDES, J. M. R.; ABACAR, M. Saúde mental dos professores moçambicanos de ensino básico da rede pública. **Anais do Seminário do Trabalho**, p. 20, 2021.
- ALVES, D. F. V. **Saúde mental e subjetividade**: estratégias defensivas na constituição docente. 2017. 208 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.
- ALMEIDA, N. F. P. **A diversidade entra na escola**: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero. 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- ANTONINI, Fabiano Oliveira. **Promoção da Saúde do trabalhador docente dos Institutos Federais de Educação**. 2018. 159 p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 349 - 372, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>
- BARROS, W. G. S. *et al.* Pandemia e ensino remoto: uma discussão sobre a sobrecarga de trabalho docente. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 5, n. especial, 2022. <https://doi.org/10.5335/rbecm.v5iespecial.12873>
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 maio 2025. Art. 6º e 7º, XXII.
- _____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 05 maio 2025.
- _____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 05 maio 2025.
- _____. Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a Política Nacional de Saúde Mental. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 set. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14681.htm. Acesso em: 05 maio 2025.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 ago. 2012. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 05 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 3.751, de 23 de novembro de 1990. Altera a Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 nov. 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-17-nr-17>. Acesso em: 05 maio 2025.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 6.730, de 9 de março de 2020. Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-1>. Acesso em: 05 maio 2025.

BRITO, A. R. R. T. **A pandemia de Covid-19 e o impacto na saúde mental de docentes**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

CAETANO, A. P. L. *et al.* Lições aprendidas em tempos pandêmicos: revisão de escopo sobre a atuação docente e os impactos na saúde. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 8, p. 4351-4383, 2023. <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v27i8.2023-015>

CAMPOS, A. S. *et al.* As dificuldades no cotidiano escolar dos professores do estado do Ceará no processo de retorno ao modelo presencial. **Temas em Educação e Saúde**, p. e022016-e022016, 2022. <https://doi.org/10.26673/tes.v18i00.16967>

CAMADA, I. M. *et al.* Trabalho docente e saúde mental: a importância do apoio social. **Cadernos de Educação**, n. 54, 2016. <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i54.10018>

CARDOSO, A. M. *et al.* Doenças e disfunções ocupacionais ligadas à prática docente: causas e consequências. **RECS-Rev Expressão Católica Saúde**, v. 4, n. 2, p. 26-34, 2019. <https://doi.org/10.25191/recs.v4i2.3233>

CARL, M. R.; BERTOLOZZI, M. R. O processo da análise de discurso. In: CHIANCA, T. M.; MORAES, M. J. (orgs.). **A Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva-CIPESC**. Brasília (DF): ABEn; 1999. p. 348-55.

CASIMIRO, P.; MOURA, R. **Crise de saúde mental**: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. G1, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CIOCCARI, D.; MARQUES, R. S.; EZEQUIEL, V. C. Bolsonaro e a pandemia covid-19: discurso, imagem e poder. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 17, n. 30, p. 106–122, 2022. <https://doi.org/10.18764/2176-5111v17n30.2022.16>

COSTA, C. S.; CECCIM, R. B. Saúde do trabalhador docente e pesquisa: sujeito ou objeto, raramente afeto. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248242423eng>

COSTA, S. K. **Trabalho e saúde das professoras das séries iniciais das escolas municipais de Três Lagoas-MS**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

CUNHA, S. D. M. *et al.* Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente. **Educação em Revista**, v. 40, 2024. <https://doi.org/10.1590/0102-469836820>

DAL ROSSO, S. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, p. 65-92, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462006000100005>

DIEHL, L.; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 64-85, 2016. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2016v7n2p64>

DINIZ, L. F. *et al.* Reflexões sobre o ensino remoto emergencial e saúde mental de professores da rede pública. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. e35111730201-e35111730201, 2022. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.30201>

FORTES, F. A. M.; NACARATO, A. M. As tensões do início da carreira docente. **Linhas Críticas**, v. 26, 2020. <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.32069>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, V. S. *et al.* Saúde ocupacional de docentes que atuam na Educação Básica: uma questão para as políticas educacionais brasileiras. **Práxis Educativa**, v. 19, 2024. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.22836.077>

GARBIN, A. C. *et al.* Loucura e o trabalho: integralidade e cuidado em rede no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 5977-5985, 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.15142021>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Uberlândia (MG)**. Cidades e Estados, IBGE, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberlandia.html> . Acesso em: 10 jul. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Publicados resultados finais da 1ª etapa do Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/publicados-resultados-finais-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2024> . Acesso em: 10 jul. 2025.

KALOCZI, J. S. L. **Do educador governante à racionalidade neoliberal da profissão docente**. 2021. 62 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021.

LIMA, N. A. C. **O processo de precarização do trabalho docente e a agudização do adoecimento dos(as) professores(as) da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.** 2024. 214 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024.

LOURENÇO, V. R. *et al.* Trabalho no ensino fundamental e as influências na saúde do docente. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 21, p. 10460-10460, 2024. <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20240003>

MACHADO, L. C. **Rastreamento de transtornos mentais comuns entre os professores da rede municipal de ensino, Uberlândia, Minas Gerais.** 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

MARX, K. 1975. **O capital.** New York: International Publishers.

MELO, E. F. Assédio moral e os professores da rede pública de ensino de Pernambuco: a violência invisível no cotidiano escolar. **Anais do Congresso Nacional de Educação – CONEDU**, 4., 2017.

OLIVEIRA, E. C. Adoecimento mental docente antes e durante a pandemia: uma revisão bibliográfica. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 15, n. 6, 2022. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v15n6-014>

OLIVEIRA, E. C.; SANTOS, V. M. Adoecimento mental docente em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 39193-39199, 2021. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n4-399>

PAPARELLI, R. A. **Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: uma contribuição da Psicologia Social do Trabalho.** 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PINHO, P. S. *et al.* Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00325>

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012.

PMU. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Mapas e bairros.** Uberlândia: Secretaria de Planejamento Urbano, 2025. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/mapas-e-bairros/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

QUEIROZ, J. G. B. de A.; MARINHO, T. A. S. Profissão docente e saúde de professores da rede municipal de ensino da cidade de Manaus. **Temas em Educação e Saúde**, p. 575-593, 2020. <https://doi.org/10.26673/tes.v16i2.13807>

RAMOS, L. S. *et al.* O ambiente escolar incapaz de assegurar a saúde mental do professor: uma revisão literária. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 49, p. e3416-e3416, 2020. <https://doi.org/10.25248/reas.e3416.2020>

REIS, M. I. A. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

RODRIGUES, H. M. P. **Trabalho docente e saúde mental de professores brasileiros na pandemia cCovid-19**. 2023. 29 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2023.

SANTOS, K. D. A.; CALDAS, C. M. P.; SILVA, J. P. Saúde mental, autocompaixão e sentido de vida em professores da educação básica na pandemia da Covid-19. **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. e277678, 2024. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202450277678>

SANTOS, T. A. *et al.* Docência em tempos de pandemia: impactos na saúde mental do educador. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 18, n. 52, p. 462-485, 2024.

SANTOS, Z. J. **Saúde do trabalhador docente do ensino superior: implicações no contexto da pandemia pela Covid-19**. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, 2023.

SCUDELER, R. P. **Saúde mental e qualidade de vida de professores do ensino fundamental e as relações com a pandemia de Covid-19**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Humano), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2024.

SILVA, L. F.; OLIVEIRA, A. M. B.; HONORATO, A. E. O.; OLIVEIRA, A. J. Relação entre Transtornos Mentais Comuns e Características Docentes da Educação Básica. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 23(2), p. 2437-2445, 2023. <https://doi.org/10.5935/rpot/2023.2.24400>

SILVA, V. L. **Condições de trabalho, presenteísmo e absenteísmo em professores da rede pública**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, H. A.; BERNARDO, M. H. Prevenção de adoecimento mental relacionado ao trabalho: a práxis de profissionais do Sistema Único de Saúde comprometidos com a saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, 2019. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000001918>

SOUZA, N. A. R.; RODRIGUES, M. J. Trabalho e adoecimento docente: um estudo com professores de uma escola da rede estadual do município de Jataí (GO). **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 22, n. 1, p. 262-278, 2021. <https://doi.org/10.33026/peg.v22i1.8394>

VIEIRA, M. E. M. **Educação permanente em saúde: o caminho pedagógico para reinvenção do trabalho docente**. 2022. 208 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA



Continuação do Parecer: 7.440.001

imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro); e enviar a notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) apresentando o seu posicionamento.

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. No caso de projetos do Grupo I ou II, apresentados à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador também deve informá-la, enviando o parecer aprobatório do CEP, para ser anexado ao protocolo inicial (Resolução nº 251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2451230.pdf	04/03/2025 11:25:07		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Respostas_Pendencias_CEP.pdf	04/03/2025 11:24:27	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_CEP_mar_2025.pdf	04/03/2025 11:22:46	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_mar_2025.pdf	04/03/2025 11:22:20	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_CEP_fev_2025.pdf	05/02/2025 10:32:28	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	coparticipante_cemepe.pdf	21/11/2024 11:20:11	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rostoassinada.pdf	21/11/2024 11:19:18	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
Outros	Documento_convite.pdf	03/11/2024 16:13:04	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
Outros	Instrumentos_Pesquisa.pdf	03/11/2024 16:12:32	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



Continuação do Parecer: 7.440.001

Outros	Lattes_Gerusa.pdf	03/11/2024 16:11:34	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
Outros	Lattes_Jordana.pdf	03/11/2024 16:09:08	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_compromisso_equipe.pdf	03/11/2024 16:06:54	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/11/2024 16:06:23	Gerusa Gonçalves Moura	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLANDIA, 13 de Março de 2025

Assinado por:
Eduardo Henrique Rosa Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

APÊNDICE A - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Adoecimento Mental Docente: Um Estudo na Rede Pública Municipal de Uberlândia-MG”, sob a responsabilidade das pesquisadoras Jordana Silva Paulino Mendes e Doutora Gerusa Gonçalves Moura. Nesta pesquisa nós estamos buscando compreender o processo de adoecimento mental, no contexto pós-pandemia de covid-19, em professores da educação básica da rede municipal de ensino em Uberlândia-MG. O Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo obtido pela pesquisadora Jordana Silva Paulino Mendes antes da coleta de informações pelos instrumentos de pesquisa em escola pertencente à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Uberlândia-MG. Você tem o tempo que for necessário para decidir se quer ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016).

Na sua participação, você irá responder a um questionário estruturado para abordar questões relativas aos dados de caracterização sociodemográficos, saúde geral, perfil profissional e informações sobre a saúde mental docente. Posteriormente, você será convidado para a participação de um grupo focal, sendo que a seleção dos participantes deste grupo ficará a critério da equipe responsável pela pesquisa. O questionário será realizado de forma presencial, composto de 37 perguntas, e o tempo estimado para preenchimento é de 20 a 40 minutos. A técnica de Grupo Focal, em ambiente virtual, é composta de 04 itens, com tempo estimado para realização de 60 a 120 minutos.

Você tem o direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, em qualquer etapa da pesquisa. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Nós, pesquisadores, atenderemos às orientações das Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2: f e nº 510/2016, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob nossa guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Quanto às gravações de áudio e vídeo, em ambiente virtual, os arquivos originais serão mantidos mesmo depois de transcritos, sendo tomadas as medidas possíveis e cabíveis, de inutilização, para a manutenção do sigilo por tempo indeterminado.

Os resultados da pesquisa serão publicados, e ainda assim a sua identidade será preservada. Você será identificado utilizando um código criado aleatoriamente pelas pesquisadoras sem relação com o seu nome ou quaisquer outros dados seus (sem utilização das iniciais ou outros itens que poderiam identificá-lo) e somente a equipe de pesquisa terá acesso.

Os riscos consistem em identificação dos participantes da pesquisa, porém todos os cuidados serão observados para que isso não ocorra. As pesquisadoras serão as únicas a terem acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo. Na etapa da pesquisa, em ambiente virtual, a equipe de pesquisa se compromete a minimizar riscos de vazamento de informações para proteger a privacidade dos participantes e a integridade dos dados, sendo as gravações de áudio e vídeo inutilizadas após a transcrição das falas. Além disso, os dados transcritos terão códigos para sua identificação, acessíveis apenas às pesquisadoras, e serão armazenados em locais seguros.

Para minimizar alguns riscos do ambiente virtual, é importante que você tenha todo o cuidado com a segurança e privacidade do local quando realizar o acesso às etapas virtuais da pesquisa para que sejam garantidos o sigilo e a confidencialidade necessários. Antes, durante ou após o consentimento ou a coleta de dados, informe às pesquisadoras quaisquer condições adversas, como entradas inesperadas de pessoas no ambiente.

São inúmeros benefícios que as informações sobre o estado de saúde geral e mental dos professores da educação básica pública municipal de Uberlândia, considerando o período de pós-pandemia da covid-19, podem trazer. Essa pesquisa pode contribuir para o aperfeiçoamento científico e prático desses profissionais, além de auxiliar no planejamento e implementação de mecanismos para proteção e promoção de saúde docente no ambiente de trabalho e propostas de criação de política públicas voltadas à saúde mental docente.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você, assinada e rubricada pelas pesquisadoras.

Em qualquer momento, caso tenha qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com a professora Doutora Gerusa Gonçalves Moura, por meio do telefone (34) 9960-2226 ou com a Mestranda Jordana Silva Paulino Mendes, por meio do telefone (34) 9 9289-7722, vinculadas à Universidade Federal de Uberlândia localizada Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bairro Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você tem direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Para obter orientações quanto aos direitos dos(as) participantes de pesquisa, acesse a cartilha disponível no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131; ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos(as) participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.


Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do(a) participante de pesquisa


APÊNDICE B - Questionário Estruturado: Sociodemográfico, Ocupacional e de Saúde Geral e Mental Docente



Universidade Federal de Uberlândia

Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGSAT)

Adoecimento Mental Docente: Um Estudo na Rede Pública Municipal de Uberlândia-MG



Informações Sociodemográficas, Saúde Geral e Perfil Profissional Docente

Qual a sua idade em anos completos?	Anos					
Qual é a sua identidade de gênero?	<input type="checkbox"/> Mulher	<input type="checkbox"/> Homem	<input type="checkbox"/> Outros _____			
Qual é a sua raça/cor da pele?	<input type="checkbox"/> Amarelo	<input type="checkbox"/> Branco	<input type="checkbox"/> Indígena	<input type="checkbox"/> Pardo	<input type="checkbox"/> Preto	
	<input type="checkbox"/> Outros					
Qual é a sua orientação sexual?	<input type="checkbox"/> Heterossexual	<input type="checkbox"/> Homossexual	<input type="checkbox"/> Outros _____			
Qual é o seu estado civil?	<input type="checkbox"/> Casado(a)/un. estável	<input type="checkbox"/> Solteiro(a)	<input type="checkbox"/> Divorciado(a)/Separado(a)	<input type="checkbox"/> Viúvo(a)	<input type="checkbox"/> Outros _____	
Qual a sua escolaridade?	<input type="checkbox"/> Nível Médio Completo	<input type="checkbox"/> Superior Completo	<input type="checkbox"/> Especialização	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado	
Qual a sua renda mensal média	<input type="checkbox"/> Menor que 1 salário	<input type="checkbox"/> 1 a 3 salários	<input type="checkbox"/> 3 a 5 salários	<input type="checkbox"/> 5 a 7 salários	<input type="checkbox"/> > 7 salários	
Quanto dependentes você tem?	dependente(s)					
Já foi diagnosticado com covid-19?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
Faz o uso de medicações psicotrópicas?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
Qual o seu tempo de docência?	Anos					
Qual sua carga horária semanal?	<input type="checkbox"/> Menos de 20 horas	<input type="checkbox"/> Entre 20 e 30 horas	<input type="checkbox"/> Entre 30 e 40 horas	<input type="checkbox"/> Mais de 40 horas		
Qual a sua forma de contrato de trabalho?	<input type="checkbox"/> Concursado	<input type="checkbox"/> Contratado	<input type="checkbox"/> Ambos			
Em qual(is) etapa(s) da Educação trabalha?	<input type="checkbox"/> Ed. Infantil	<input type="checkbox"/> Anos iniciais	<input type="checkbox"/> Anos Finais	<input type="checkbox"/> EJA		
Como você avalia seu ambiente de trabalho?	<input type="checkbox"/> Excelente	<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Péssimo	
Consome bebida alcoólica?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
Pratica atividades físicas semanal?	<input type="checkbox"/> Nenhuma	<input type="checkbox"/> 2 a 3 vezes	<input type="checkbox"/> Mais de 3 vezes			

Informações Sobre a Saúde Mental Docente

Você tem dores de cabeça frequentemente	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Tem falta de apetite	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Tem dificuldades para tomar decisões	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Dorme mal	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Seu trabalho é penoso e causa-lhe sofrimento	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Assusta-se com facilidade	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Tem tremores nas mãos	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Tem perdido o interesse pelas coisas	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Tem má digestão	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Tem tido ideia de acabar com a vida	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Tem dificuldades de pensar com clareza	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Sente-se cansado(a) o tempo todo	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Tem se sentido triste ultimamente	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Você se cansa com facilidade	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Tem chorado mais do que de costume	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Tem sensações desagradáveis no estômago	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

APÊNDICE C – Roteiro Semiestruturado para Entrevistas Individuais

1. Introdução

Inicialmente, o participante selecionado para a entrevista individual será acolhido e será feita uma rápida dinâmica “quebra-gelo” para facilitar o diálogo e criar conexão com a pesquisadora.

2. Discussão Inicial

Serão abordados aspectos gerais sobre a vida profissional docente e as seguintes questões servirão para nortear as discussões iniciais:

Como foi sua trajetória profissional tendo em vista suas expectativas e a realidade? Quais foram os maiores desafios e dificuldades enfrentados ao longo de sua carreira?

3. Aprofundamento

Nesta etapa serão discutidos profundamente os principais questionamentos desta pesquisa e o participante deverá expressar, livremente, suas opiniões e concepções. As perguntas que servirão de embasamento são:

Qual a sua percepção quanto ao reconhecimento e à valorização da profissão docente? Como você caracteriza sua rotina e carga horária de trabalho? Como você avalia seu ambiente e condições de trabalho e as relações profissionais? Como você descreveria sua saúde em geral e sua saúde mental, antes e depois da pandemia de covid-19? No contexto de pós-pandemia, como foram suas experiências quanto às modalidades de ensino remota, híbrida e presencial? Diante de tudo o que foi discutido, o que te dá prazer e te motiva na profissão docente?

4. Encerramento

Será feita uma análise geral do que foi discutido e apontadas as principais informações obtidas na entrevista. Por fim, a pesquisadora fará as considerações finais e agradecerá ao participante pelas contribuições.